

Gênero, desafio à desigualdade

Emir Sader

Ester Almeida

Esther Maria de M. Arantes

Ideraldo Luiz Beltrame

Raquel Souzas

Sergio Gomes da Silva

Tânia Mara Vieira Sampaio

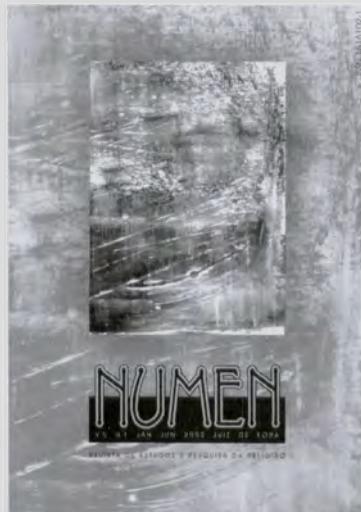
Tercio Paulo de Almeida



Seja assinante da *Numen*

Publicada pela Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, *Numen* é uma revista de estudos e pesquisa da religião, destinada à divulgação das pesquisas nas áreas de estudo em Ciência da Religião.

O Conselho Editorial está aberto a apreciar colaborações dos leitores para possível publicação, além de aceitar críticas, sugestões e permutas para divulgação da revista, que tem periodicidade semestral.



Para receber *Numen*, favor enviar cheque nominal de R\$ 20 (vinte reais) à Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), CEP 36036-330. Informe nome, endereço completo para correspondência, CNPJ ou CPF, profissão, área de interesse em Ciência da Religião. Solicitamos ainda assinar o pedido. O valor confere ao assinante o direito de receber 2 (dois) números da revista.

Revista bimestral de KOINONIA
Julho/agosto de 2004
Ano 26 nº 336

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Emir Sader
Francisco Catão
Gilberto Barbosa Salgado
Joel Rufino
Luís Henrique Dreher
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Maria Luiza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR

Zwinglio M. Dias
(conforme convênio de 6/12/2002 com
a Universidade Federal de Juiz de Fora)

ORGANIZADORA DESTE NÚMERO
Ester Almeida

**EDITORA ASSISTENTE
E JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Helena Costa
Mtb 18619

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Manoela Vianna

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Martha Braga

COPIDESQUE E REVISÃO
Carlos Cunha

SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO
Ana Emilia Gualberto
Jacqueline Monteiro

CAPA
Martha Strauch

FOTOLITOS
GR3

IMPRESSÃO
Reproarte

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,50

Assinatura anual
R\$ 21,00

Assinatura de apoio
R\$ 28,00

Assinatura/externo
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

Menino ou menina?

6

GÊNERO, DESAFIO À DESIGUALDADE

PROVISORIEDADE

**Gênero: saberes e sabores a interrogar
a vida e a teologia**
Tânia Mara Vieira Sampaio

7

FALOCRACIA

**Violência de gênero: implicações
na saúde reprodutiva**
Ideraldo Luiz Beltrame

11

DESIGUALDADE

**Gênero: vulnerabilidades,
saúde reprodutiva, sexualidade**
Ester Almeida

14

HUMILHAÇÃO

**Violência de raça e gênero:
a materialidade do racismo**
Raquel Souzas

17

SECULARIZAÇÃO

Gênero, sexualidade, religião
Tercio Paulo de Almeida

20

TEOLOGIA

Gênero: uma questão de honra?
Ivone Gebara

23

VERGONHEIRA

Aos adolescentes, o inferno
Esther Maria de M. Arantes

26

CONTRACULTURA

Madame Satã: do profano ao sagrado
Sergio Gomes da Silva

29

FORTALECIMENTO

Lições da Venezuela
Emir Sader

32

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

34

A desigualdade de gênero que submete

as mulheres aos homens se constitui num dos maiores empecilhos no caminho para a plena humanização dos humanos. Em quase todas as culturas, principalmente entre aquelas que cimentaram as bases da civilização ocidental, a desqualificação e aviltamento da mulher em relação ao homem foi sempre articulada em favor da exaltação e sustentação do poder masculino. Isto teve consequências profundas em todos os âmbitos da experiência humana e deu origem a formas de convivência marcadas pela sujeição da mulher e a auto-glorificação do homem. As visões de mundo e as estruturas de sentido de quase todas as manifestações religiosas primaram por construir formas de representações simbólicas em que o Sagrado, a expressão do segredo mais profundo da realidade, sempre foi apresentado em termos masculinos. No caso da civilização ocidental, fundada a partir do amálgama da cultura greco-romana com o Cristianismo, a masculinização da vida e da Divindade não conheceu limites ao ponto de dar origem a uma falocracia da qual somos vítimas até hoje. Uma demonstração exemplar disso, dentre os muitos testemunhos que poderíamos citar, desde Aristóteles, passando por Agostinho, Tomás de Aquino até os modernos defensores da supremacia masculina está a seguinte declaração de São Jerônimo, do século IV de nossa era: "Enquanto a mulher viver para o parto e as crianças, haverá entre ela e o homem a mesma diferença que há entre corpo e alma: se porém, ela quiser servir mais a Cristo do que ao mundo, ela não mais será mulher e será chamada de 'homem', porque nós desejamos que todos sejam elevados à categoria de homem".

As(os) articulistas desta edição procuram mapear e discutir algumas das principais questões que caracterizam hoje as relações de gênero em nossa sociedade. Partindo de diferentes vivências dos problemas abordados e tratando as questões com variados enfoques metodológicos elas e eles nos oferecem uma rica e instigante discussão a respeito da posição de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres (e por isso também os homens, pela assimetria e hipertrofia de seus papéis nas relações de gênero) com respeito à vivência da sexualidade, à saúde reprodutiva, à violência de gênero tanto doméstica como no espaço público, ao racismo e à religião. Também os enfoques epistemológicos tradicionais são objeto de uma provocadora análise que procura relativizá-los revelando seus condicionantes históricos.

Esta edição também oferece um texto provocante e, até certo ponto chocante, ao mostrar os caminhos e descaminhos de um ser humano em busca de afirmação de sua autenticidade no interior de uma sociedade que repele sua condição de homossexual negando-lhe o direito de ser o diferente que ele é.

É isso aí!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

CARTAS

Na condição de leitor e assinante desta excelente revista, que é *Tempo e Presença*, gostaria de parabenizá-los pelo brilhante trabalho de (in) formação desenvolvido ao longo dos anos.

Por oportuno, gostaria também de solicitar-lhes a abordagem, quando possível, do Estado de Direito e do papel dos Poderes Legislativo e Judiciário no Brasil, tema que, em parte, já foi objeto do n. 290, de novembro/dezembro de 1996.

Quero registrar, por fim, que tenho sentido a falta das crônicas do Rubem Alves.

Um cordial abraço,

Almir Antonio de Oliveira

Juiz de Fora/MG

(Por e-mail)

Continuamos à espera de sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre *TEMPO E PRESENÇA*.

E-mail para:

tp@koinonia.org.br

Cartas para:

Tempo e Presença/Koinonia

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

Tenho muita admiração pelo trabalho que é construído a partir do talento e esforço de todas as pessoas que formam a equipe de *KOINONIA*. Há tempos tenho vontade de dizer isto, me faltaram apenas algumas oportunidades. (...)

Acredito que não seja fácil levar os projetos adiante, remando contra uma maré formada por veículos de comunicação que se mantêm através de princípios, na maioria das vezes, não éticos.

Sandra Raquew Araujo

(Por e-mail)

Estou lhe escrevendo para manifestar meu apoio ao seu e nosso projeto de comunicação ao mesmo tempo alternativo e global. Alternativo porque ousa refletir a vida com a coragem de alguém que não aceita viver sua história construída pela mão invisível do mercado, e global porque se sente parte do cosmo com tudo de bom que é gerado a favor da vida indistintamente.

Renovando minha participação no apoio à revista *TEMPO E PRESENÇA* renovo também as minhas esperanças em meus sonhos de viver uma sociedade mais crítica, adulta, consciente e participativa.

Lamartine Oscar Veiga

Bragança Paulista/SP

Menino ou menina?



Homem... mulher... masculino... feminino....

Quando nasce uma criança, diz-se que ela é menino ou menina, a partir do que apresenta em termos de genitália externa. Mas o ser mulher, bem como o ser homem, só começa com o reconhecimento de si mesmo ou a formação da identidade pessoal, passo inicial da estruturação da personalidade. A identidade de uma pessoa constrói-se após o nascimento, num processo simbótico com as figuras parentais, em interação com o meio, até expressar-se como individualidade em atitudes e sentimentos sobre o eu. Um importante componente do processo de construção da identidade é a identidade sexual.

Para Money, Tucker (1981), pioneiros nesta área, identidade sexual é o senso de si mesmo como homem ou como mulher; é a experiência pessoal ou privada do papel sexual. A identidade consiste no quanto a pessoa diz ou faz para indicar aos demais ou a si mesma, o quanto se é homem, mulher ou ambivalente. Assim, o papel sexual é a expressão pública da identidade, ou o conjunto de condutas esperadas associadas à sexualidade e socialmente exigidas do indivíduo, de acordo com o seu gênero. A identidade sexual é, dessa forma, configurada mais adequadamente como identidade



Pelo direito à paternidade – Campanha de valorização do cuidado paterno
Agosto 2004 / Realização www.aleitamento.com

de gênero devido à diferença entre os conceitos de sexo e gênero.

Hoje vivenciamos diariamente mudanças de pensamentos, um re-pensar de nossa identidade, de nosso papel na sociedade, de nosso querer. O que parecia óbvio, no nascimento, já não é tão óbvio mais.

A dra. Wanda Deifelt diz: "Se o século XX representou o avanço das mulheres em busca de sua emancipação e cidadania, o século XXI será o grande século de mudanças para os homens". Para a mulher que experimentou a emancipação numa gradativa autonomia, esse modelo do masculino, que teve início no século XIX, já não satisfaz, aponta Wanda. Os próprios homens, estão descobrindo o papel do afeto, da interconexão, da subjetividade.

Atualmente, os homens já come-

çam a se mobilizar... a pensar em sua auto-estima, no cuidar do corpo, na sua sexualidade e reprodução responsável... direitos humanos e eqüidade de gênero. O modelo hegemônico heterossexual, branco, classe média não é mais o único padrão vigente.

No meio de tantas incertezas, o que é óbvio é que a nova mulher e o novo homem estão dentro de nós, mas é preciso despertá-los e deixá-los desabrochar, para juntos construirem um novo jeito de sociedade.

O menino, a menina, o homem, a mulher, masculino, feminino... buscam suas potencialidades, a partir de si, de seus desafios, vitórias e derrotas, facilidades e dificuldades, é um constante descobrir de potencialidades a partir das fragilidades, vivendo tudo, plenamente o que Deus lhes concede dia após dia.



Gênero: saberes e sabores a interrogar a vida e a teologia

Tânia Mara Vieira Sampaio

O propósito de mapear as relações sociais de gênero, na multiplicidade dos movimentos cotidianos é uma tomada de posição teórico-metodológica. Esta, por sua vez, incide em uma atitude de ruptura epistêmica com as pretensões de neutralidade na produção do conhecimento ou da hermenêutica. A perspectiva que ora se propõe não está desprovida de pressuposições e influências do contexto de quem procede a tarefa hermenêutica; tampouco o estão as outras leituras com as quais qualquer discurso teológico estabelece diálogo e confronto.

Em uma *hermenêutica de gênero* o processo de leitura da realidade procura privilegiar os movimentos e momentos de encontro e diálogo entre as experiências de vida de quem procede à leitura e as das pessoas identificadas no processo analítico, em suas sucessivas realidades cotidianas. A concepção das relações sociais de gênero apresenta-se como um novo paradigma, capaz de não simplesmente visibilizar mulheres e/ou grupos oprimidos, mas de iluminar as descobertas sobre a estruturação das opressões e dos jogos de poder que organizam discursos normativos e estabelecem controles sociais. Mais que um encontro entre histórias de vida, esse jeito de ler a realidade quer demarcar uma nova trajetória dos paradigmas de construção dos conhecimentos e de decodificação dos discursos.

Os estudos mediados pela categoria de gênero evidenciam os processos normativos de construção do saber visando a 'des-naturalização' de processos que são socialmente construídos e a análise das relações sociais de poder. Este procedimento analítico considera o poder não como uma instância absoluta e estática, mas como um conjunto de forças que se move entre-contra-sobre-com os diversos sujeitos sociais. Portanto, trata-se da análise das distintas parcelas de poder vividas pelos grupos sociais em uma determinada estrutura social.

O propósito de mapear as relações sociais de gênero, na multiplicidade dos movimentos cotidianos é uma tomada de posição teórico-metodológica. Esta, por sua vez, incide em uma atitude de ruptura epistêmica com as pretensões de neutralidade na produção do conhecimento ou da hermenêutica. A perspectiva que ora se propõe não está desprovida de pressuposições e influências do contexto de quem procede a tarefa hermenêutica; tampouco o estão as outras leituras com as quais qualquer discurso teológico estabelece diálogo e confronto.

As construções de saber são datadas, contextualizadas, sexuadas, racificadas, socialmente classificadas e implicam em relações de poder que precisam ser identificadas para desencadear processos de desconstrução e construção. "Produção do saber e exercício do poder, longe de se constituírem em esferas estanques e separadas, aparecem historicamente indissociadas." (Nunes, 1995,10) A correlação evidente entre poder e saber, trará consigo, portanto, a pergunta pelo método de construção do conhecimento e seus pressupostos básicos.

O marco teórico em que se inscreve a concepção de um sujeito identificado com a escolha do objeto e do método de trabalho reafirma a neutralidade como um mito. Traz também à tona o questionamento de uma objetividade pura para se associar aos



estudos que afirmam ser a *objetividade situada* a única concebível. Além de ser datada, sexuada e racificada, implica tanto eliminar as dualidades sujeito-objeto, objetividade-subjetividade, racionalidade-emotividade, público-privado, pessoal-político etc., como questionar o caráter genérico, universal e atemporal das hermenêuticas e dos conhecimentos.

Com base nesses pressupostos de contextualização da objetividade da tarefa analítica, não é estranho admitir a subjetividade como parte integrante do método, resguardando-a da falácia de uma produção de conhecimento capaz de atingir concepções totalizantes e absolutas. A dinâmica objetividade-subjetividade significa assumir que quem produz o saber imprime aí seus condicionamentos pessoais e compromissos diante da realidade; por conse-

guinte, a escolha do objeto, método e categorias traz essa marca. Todavia, é preciso considerar que admitir a subjetividade não significa assumir uma relativização total de métodos e resultados. Não se trata, tampouco, de cada um dizer o que pensa a respeito nem de legitimar qualquer tipo de interpretação. Admite-se aqui a subjetividade como integrante do método e integrada ao arcabouço científico que possibilita a análise e a produção de saber.

A mediação de gênero pretende contribuir para problematizar posturas hermenêuticas que anunciam como *pontos de chegada, portos seguros e finais* aquilo que é transitório. Tal procedimento obscurece a memória da provisoriação, fragilidade e pluralidade, comuns às experiências humanas em suas relações, inclusive com o transcendente.

Pode-se como perspectiva de trabalho com a categoria gênero privilegiar a análise que se ocupa em descrever as relações cotidianas, os movimentos de mulheres e homens no interior da casa, nos locais de trabalho, nas festividades públicas, nas práticas religiosas... Admite-se o cotidiano como espaço significativo das relações sociais – por nele acontecerem as lutas e transformações sociais –, não se limitando, portanto, a considerá-lo mero lugar de repetição.

A opção metodológica de reconhecer a relevância dos aspectos do cotidiano para formular as perguntas à realidade possibilita aproximar-se dos desejos, anseios, sonhos, ausências e processos de resistência presentes na construção das experiências de vida das pessoas e de suas comunidades. Ademais, ajuda aclarear que as grandes

questões políticas, econômicas, sociais ou religiosas não são as únicas importantes. Na experiência cotidiana, composta de inúmeros detalhes – e que, por isso, corre o risco de parecer supérflua à análise – acontece, de fato, a construção das relações sociais de poder.

O que conduz a investigação, baseado na categoria de gênero, é o propósito de superar a dicotomia entre o concreto das relações humanas e os raciocínios abstratos das formulações teológicas. Daí a opção por um trabalho de aproximação do cotidiano, privilegiando-se as relações sociais de poder presentes na dinâmica movimentação dos corpos para afirmar tanto a sua própria existência no mundo, como afirmar as demais existências que os animam.

Nesse sentido, há que *aliar à dimensão de gênero a dimensão da complexidade* com seus desafios de inaugurar novas percepções do mundo, das relações e da diversidade de manifestações da vida. Abertura para uma percepção de interdependência e conexidade destas expressões plurais de vida do ecossistema, nas quais se localiza a expressão de vida dos seres humanos como uma parte, um fio dessa grande teia da vida. Não necessariamente o ser mais importante, nem mesmo centro da vida, mas como outro distinto e fundamental.

Nas palavras do Chefe Seattle, um líder indígena dos Estados Unidos, aproximadamente no ano 1852, citado na obra de Campbell, encontramos um desafio à re-significação das relações dos seres humanos com a natureza: “a terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que acontecer à terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida;

A dinâmica objetividade–subjetividade significa assumir que quem produz o saber imprime aí seus condicionamentos pessoais e compromissos diante da realidade; por conseguinte, a escolha do objeto, método e categorias traz essa marca. Todavia, é preciso considerar que admitir a subjetividade não significa assumir uma relativização total de métodos e resultados. Não se trata, tampouco, de cada um dizer o que pensa a respeito nem de legitimar qualquer tipo de interpretação. Admite-se aqui a subjetividade como integrante do método e integrada ao arcabouço científico que possibilita a análise e a produção de saber

ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.” (Campbell, 1990, 33-36)

Destaque deve ser dado a estas cosmovisões que aproximam horizontes há tempos vivenciados por nações indígenas e anunciadas no desafio dos físicos para alcançarmos uma nova percepção do mundo e suas complexas redes de sentido. Na expressão de Albert Einstein: *os seres humanos são uma parte do todo que nós chamamos de Universo, uma pequena região no tempo e no espaço. Eles consideram a si mesmos, suas idéias e seus sen-*

timentos como separados e à parte de todo o resto. É como uma ilusão ótica em suas consciências. Essa ilusão é uma espécie de prisão. Ela nos restringe às nossas aspirações pessoais e limita nossa vida afetiva a umas poucas pessoas muito próximas de nós. Nossa tarefa seria livrar-nos dessa prisão, tornando acessível nosso círculo de compaixão de forma a abraçar todas as criaturas vivas e toda a natureza em sua beleza. (apud Russel, 1991)

Soma-se a estas palavras desafiantes a perspectiva do físico Ilya Prigogine em *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza* quando afirma uma nova formulação das leis da natureza “que não mais se assenta em certezas, como as leis deterministas, mas avança sobre possibilidades”. Se não mais podemos nos assegurar nas certezas antigas, estamos em um momento no qual se pode “avançar sobre possibilidades” e este constitui-se o horizonte teórico que perpassa nossa reflexão teológica.

Tempo de possibilidades, é o tempo anunciado também para a teologia para que ‘re-visite’ seus ‘dogmas’. Os saberes humanos, construídos em códigos de linguagem disponíveis, comuns a várias ciências, também estão sob ‘suspeita’, não há como afirmar, senão provisórias e incertas certezas, a despeito de toda a objetividade metodológica.

Na afirmação intrigante de Ivone Gebara o debate epistemológico a partir do feminismo e da ecologia profunda nos desafia “a arrumar os sentidos e os conhecimentos de um outro jeito. Por isso, um passo importante a ser dado é repensar o conhecimento, isto é, nossa epistemologia para, a partir daí, captar de outra maneira os sentidos de nossa existência.” (Gebara, 1997:24) Em seu texto o desafio é para

jamais deixar adormecer a energia inquiridora da mente, a nunca deixar de questionar o que parece óbvio e definitivo. *Contra dogmatismos... o movimento da vida!*

Entre os caminhos epistêmicos de superação dos impasses, é fundamental explicitar as contribuições advindas das teorias da complexidade e das teorias gênero. A primeira, que pensa o ecossistema em sua dimensão interdependente e complexa, no qual o ser humano inclui-se, não como superior, mas como distinto, inaugurando uma nova percepção que propõe relações de conexidade entre seres vivos diferentes na perspectiva de redes. A segunda, com suas ênfases nas relações sociais assimétricas entre homens e mulheres; na demarcação da não homogeneidade destes grupos sociais, agregando-se a essa reflexão a constatação das assimetrias étnicas e de classes sociais. Ambas as teorias, têm impulsionado revisões conceituais de muitas ordens superando a fragmentariedade de nossas abordagens epistêmicas.

Do questionamento das desigualdades sociais baseadas nas diferenças de ordem biológica, chegou-se a interrogar milenares afirmações de inferioridade das mulheres em relação a homens, de negros em relação a brancos, do ecossistema em relação a seres humanos devido à natureza intrínseca de cada um destes seres.

Entre as decorrências surgiu a urgência de uma revisão antropológica que contemplasse as construções históricas e sociais 'naturalizadas' ao longo das épocas obscurecendo os jogos de poder embutidos nestas descrições de papéis e relações. Outrossim, não tendo o eixo econômico como exclusivo as pessoas puderam ser percebidas como seres não apenas constituídos de necessidades, mas de desejos e paixões, com todas as implicações para as relações

Nas palavras do Chefe Seattle, encontramos um desafio à re-significação das relações dos seres humanos com a natureza: "a terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo. O que acontecer à terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo"

humanas, sociais e ecossistêmicas que isto possa significar.

O resgate do corpo como lugar ímpar da experiência de estar vivo, do sentir/pensar, lugar das relações, das circulações de poder que oprimem e libertam... um fio da grande teia, foi decisivo nessa novidade epistêmica e, por conseguinte, é dado relevante para o resgate do trato com o ecossistema.

Nesse momento, vale ressaltar alguns avanços antropológicos como os que formulam a superação de concepções de mundo e relações de caráter androcêntrico para uma perspectiva antropocêntrica. No entanto, cabe dizer que se essa mudança resolve a descentralização da matriz cultural masculina como parâmetro para o humano, ela não altera a percepção de centralidade do humano para entender o ecossistema em suas relações.

Esse debate nos coloca novamente diante da necessária crise de percep-

ção que apresenta a interdependência de tudo o que forma o ecossistema e produz vida na forma de desafio para pensarmos os seres humanos como parte dessa grande "teia da vida". Uma visão que certamente terá que abdicar da concepção de centralidade. Seja ela divina ou humana ou cósmica. Nem mais teocêntrica, nem mais andro/antropocêntrica, nem *qualquer coisa-cêntrica!*

Afirmamos aqui, provisoriamente, uma concepção que 'explode' o centro para dar lugar a uma concepção de relações de mútuas interdependências; sem que isto desqualifique o ser humano, mas o re-signifique na relação de perceber-se como parte necessária e com necessidades de toda a complexa e múltipla diversidade do que existe no ecossistema.

Tânia Mara Vieira Sampaio, teóloga e pastora metodista; Coordenadora Regional para América Latina e Caribe da Associação Ecuômica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo – EATWOT/ASETT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito – com Bill Moyers*. São Paulo: Associação Palas Athena, 1990.

GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Olho d'água, 1997.

NUNES, Maria José F. R. "Gênero: saber, poder e religião". In: *Mandrágora nº 2, Estudos Feministas e Cristianismo*. Pós-graduação em Ciências da Religião, Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, 1995.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: EDUSP, 1996.

RUSSEL, Peter. *O despertar da terra. O cérebro global*. São Paulo: Cultrix, 1991.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. *Movimentos do corpo prostituído da mulher. Encontros e desencontros teológicos*. São Paulo: Loyola, 1999.

Violência de gênero: implicações na saúde reprodutiva

Ideraldo Luiz Beltrame

A violência parte de uma conceituação modernamente associada à sociedade de classes, nas bases materiais de vida e na regulação do Estado, que tem por objetivo a pacificação dos membros da sociedade. Depreende-se daí que a violência é um produto da sociedade urbano-industrial – sociedade nascida das Revoluções Francesa e Industrial – como também o corolário de sua antítese: os direitos individuais e coletivos

A compreensão do tema aqui proposto e a busca de uma resposta a esta questão nos levam a salientar o embrincamento de três conceitos complexos e assimétricos em sua epistemologia e consonância com a área da saúde pública, a saber, os conceitos de violência, gênero e saúde reprodutiva. Não obstante essa observação, guardarei exclusividade na interpretação das relações possíveis entre os dois primeiros – violência e gênero – e sua articulação com a saúde reprodutiva. A violência parte de uma conceituação modernamente associada à sociedade de classes, nas bases materiais de vida e na regulação do Estado, que tem por objetivo a pacificação dos membros da sociedade. Depreende-se daí que a violência é um produto da sociedade urbano-industrial – sociedade nascida das Revoluções Francesa e Industrial – como também o corolário de sua antítese: os direitos individuais e coletivos.

O conceito de gênero deve permitir a apreensão da dimensão de gênero em todos os processos sociais através dos quais homens e mulheres se relacionam enquanto categorias sociais e enquanto membros individuais destas categorias, posto que o conceito de gênero é também um constructo ideológico. Ao associarmos violência e gênero para construir um menos genérico conceito de “violência de gênero”, devemos levar em conta que há uma hegemonia burguesa que não consiste apenas no domínio econômico e político, mas também ideológico. A

dominação masculina sobre a mulher expande-se, com muito vigor, no terreno da ideologia, sendo este conjunto mais ou menos coerente de idéias apresentado como verdade.

Pode-se afirmar de maneira geral que há uma transversalidade da violência de gênero, isto é, uma constituição desse tipo de violência que ignora fronteiras entre as classes sociais, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre contingentes étnico-raciais distintos, entre a cultura ocidental e a cultura oriental. O gênero é constitutivo das relações sociais e a violência é constitutiva da ordem falocrática. O gênero, informado pela desigualdade social, pela hierarquização e até pela lógica da complementaridade, traz embutida a violência, na maior parte das vezes, dissimulada na experiência social da ordem capitalista masculina.

A parafernália do Direito positivo e processual dissimula o caráter sexista do Estado – falocrático – dando-lhe a tão necessária aparência de neutralidade. Parece haver no conceito moderno de Estado uma certa ‘normalização’ de um Estado masculino que regula e reforça a organização social de gênero, com todas as injustiças que contém. As violências de gênero e as de raça-étnica inscrevem-se nas normas sociais que regulam a convivência entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres.

A violência de gênero é estrutural e, neste contexto estruturante, as



mulheres são vitimadas pela violência masculina. Há nesta contextualização um conteúdo histórico e sociocultural definido a partir da idéia de "dever conjugal", em que se opõem consentimento e cessão. Aí subsiste a relação necessária e não-contingente entre conjugalidade e violência, como resultado da apropriação desigual dos bens econômicos, culturais e eróticos.

Observa-se nesta sociedade de classes o quão generalizada é a violência de gênero, sobretudo a que acontece no interior do domicílio, como postulado de uma verdadeira 'gramática sexual' que rege as relações entre homens e mulheres, aí se incluindo a impunidade dos perpetradores de atos considerados delituosos. Essas condutas são extremamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de violência cometida por homens. À mulher a sociedade revela muito menos ou nenhuma complacência.

O inimigo da mulher não é propria-

mente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres. Outro caráter eminentemente histórico e sociocultural relaciona-se com a oposição entre os espaços público e privado, opondo homens e mulheres nas arenas da vida social, política e de saúde reprodutiva. Aos homens é resguardado o espaço público e às mulheres é delegado o espaço privado.

De fato o domicílio constitui um lugar extremamente violento para as mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente para as meninas. A casa guarda os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança diante do homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. Guardados os limites da universalidade desta violência desferida contra mulheres e crianças no espaço doméstico e intrafami-

iliar, a violência de gênero que se estabelece entre 'companheiros' conjugais, mas não somente entre estes, guarda relação direta com as dimensões da violação dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher.

A família, neste contexto, aparece como uma estrutura violenta contra mulheres e crianças, por se tratar de um mecanismo psíquico, social e cultural que treina seus membros na competição, valor basilar da sociedade de classes. A sacralidade da família impõe um 'ruído de comunicação' entre a saúde reprodutiva e os direitos de gênero, causando um 'barulho ensurdecedor' com a defesa da privacidade, pois que no contexto da família como instituição autoritária e castradora ergue-se um 'muro de silêncio' em relação à violência de gênero. O espaço intrafamiliar constitui o caldo de cultura propício a rotinização das relações violentas em que as relações de gênero se dão e são compreendidas como um fenômeno de violência geral e doméstica em particular, ferindo assim os direitos humanos estendidos às mulheres.

Essa violência doméstica, entendida como abuso ou desrespeito aos direitos humanos, pode ser representada por toda conduta que, por ação ou omissão, ocasiona dano físico e/ou psicológico a outrem que, de forma mais prática, no campo da saúde pública deve convergir para a proteção da assim denominada saúde reprodutiva. No âmbito dos direitos humanos de forma mais geral e na concepção de direitos específicos da mulher, a saúde reprodutiva deve ser pensada a partir de uma teia relevante de significados que se complementam e corroboram para sua compreensão como um conceito, um campo e recorte de investigação, ao passo que o gênero pede uma categoria firmada para a análise

O gênero é constitutivo das relações sociais e a violência é constitutiva da ordem falocrática.
O gênero, informado pela desigualdade social, pela hierarquização e até pela lógica da complementaridade, traz embutida a violência, na maior parte das vezes, dissimulada na experiência social da ordem capitalista masculina

das relações sociais. Assim, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais contíguos a eles emergem modernamente num contexto de mudanças no próprio conceito de cidadania, de onde emergem concepções como a alteridade e a participação da mulher na arena da vida social, política, e econômica.

Segundo o Documento do Cairo as discussões internacionais sobre saúde da mulher e saúde reprodutiva devem levar em conta dois eixos primordiais dos direitos reprodutivos: a capacidade de mulheres e homens decidirem livremente e responsávelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos; o acesso à informação e aos meios para decidir e gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminação, coerções e violências.

A partir dos anos de 1980 no Brasil desenvolveram-se políticas públicas dirigidas à mulher, sobretudo com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), que tentavam de certa forma dar resposta a duas questões fundamentais: a saúde integral da mulher e a violência contra a mulher. No caso da violência

contra a mulher identificam-se alguns aspectos recorrentes, ligados à saúde reprodutiva: relações violentas que ameaçam a integridade física de mulheres na família; a violência contra a mulher como um fenômeno universal; o caráter androcêntrico das instituições; a imagem projetada para um 'espectador' que, através de atitudes emocionais de condolência, acaba por construir um sentido para a convivência; e por fim uma ótica mais positiva que leva à convergência de ações feministas na defesa dos direitos específicos das mulheres.

Resultado dessa gama de intercorrências socioculturais e históricas, a violência de gênero tem se mostrado como o grande desafio para a saúde reprodutiva, uma vez que, para compreendê-la, será necessário avançar nas questões do enfrentamento das demais formas de violência em geral, como a violência de classes, a violência de raça-étnica e a violência sexual. Esta última, intimamente relacionada à saúde reprodutiva, é escamoteada em sua *performance* em frente a questões mais urgentes para um Estado hegemônico masculino. Neste contexto muitas vezes os estudos sobre saúde reprodutiva acabam por levar em conta questões práticas relacionadas ao campo da saúde, ora do ponto de vista mais clínico – como aborto, contracepção, reprodução na adolescência e Doenças Sexualmente Transmitidas/Aids – ora no âmbito das políticas públicas generalizadas que, ainda hoje, teimam em manter separadas as políticas de saúde que deveriam guardar concomitância e tentam unir/questionar aquelas políticas que, por sua especificidade, deveriam guardar espaços próprios de construção de suas efetividades e participação das mulheres.

Assim, as reflexões aqui propostas nos levam a compreender a violência

de gênero como resultado de uma intrínseca associação entre Estado falocrático e o poder masculino na transculturalidade da vida sexual para a vida social e material. No âmbito da saúde pública isto nos remete a uma tomada de posição que, não sendo novidade, posto que está presente nos diversos documentos nacionais e internacionais resultantes das diversas lutas pelos direitos da mulher e da saúde reprodutiva, deve levar em conta os mecanismos da comunicação/informação e apropriação, pela mulher, de todos os segmentos envolvidos numa transformação estrutural da sociedade. Devemos buscar a aglutinação das dimensões do mundo do trabalho, através de políticas inclusivas dos direitos das mulheres; das dimensões do universo da educação formal nas escolas públicas, bem como na educação familiar, através da inclusão da mídia direta – rádio, jornal e televisão – e nas discussões sobre a formação de planejadores de políticas para garantir os direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, precisamos concatenar estas dimensões como mutuamente incluídas da vida social – família, trabalho e educação – na construção conceitual e de um campo de investigação da saúde reprodutiva. É preciso remeter a questão da violência contra a mulher, como parte das denominadas "minorias sociais", para dentro do recorte de violência de gênero, que impede a construção, promoção e proteção dos direitos reprodutivos. Para tanto será necessário incluir o homem nessa discussão específica, como um esforço no sentido de garantir a convivência dos diferentes para almejarmos um futuro de iguais.

■

Ideraldo Luiz Beltrame, sociólogo e doutor em Saúde Pública pela USP. Docente no Centro Universitário 9 de Julho – UNINOVE.

Vulnerabilidades,

Gênero: saúde reprodutiva

Ester Almeida

O gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é na possibilidade de mudança na relação entre ambos. Vale refletir que, com as mudanças culturais presentes em nossa época, a conceituação de gênero perpassa uma visão ampliada em que os aspectos psicológicos, a cultura familiar e a tradição religiosa, bem como os avanços da ciência num mundo globalizado, requerem uma compreensão mais aprimorada para a percepção da vulnerabilidade que ocorre nas relações de gênero

Atentar para o simples fato de mulheres e homens serem diferentes não apenas quanto a sua natureza, mas também quanto ao seu desempenho social, é o primeiro passo no difícil caminho que deve ser percorrido para garantir os direitos de cidadania.

Sexo (do latim *sexus*) refere-se à condição orgânica (anatômica e fisiológica), que distingue o macho da fêmea. A categoria de gênero (do latim *genus*) refere-se ao código de conduta que rege a organização social entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é na possibilidade de mudança na relação entre ambos.

Na maioria das sociedades, homens e mulheres têm papéis, responsabilidades, oportunidades e direitos diferentes. Essas diferenças de gênero mudam de acordo com a sociedade. Ou seja, são as características atribuídas a cada sexo pela cultura presente em cada sociedade.

A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que vem a ser homem ou vem a ser mulher. Sexo é atributo biológico; enquanto gênero é uma construção social e histórica. Vale refletir que, com as mudanças culturais presentes em nossa época, a conceituação de gênero perpassa uma visão ampliada

em que os aspectos psicológicos, a cultura familiar e a tradição religiosa, bem como os avanços da ciência num mundo globalizado, requerem uma compreensão mais aprimorada para a percepção da vulnerabilidade que ocorre nas relações de gênero.

Na questão da vulnerabilidade, há de se levar em consideração o peso da cultura que se faz presente em diversas sociedades. Algumas mulheres, por exemplo, estão expostas ao risco por normas que vedam o acesso aos conhecimentos sobre sexualidade, saúde reprodutiva, educação sexual; enquanto que para os homens, o risco e a vulnerabilidade estão relacionados a uma “falsa consciência” de que têm o total saber sobre seu corpo e a maneira de como desempenham sua sexualidade.

Os papéis atribuídos em função do gênero também contribuem para que se adotem comportamentos de risco, inibindo ações de prevenção. Em muitas sociedades, o ideal feminino é caracterizado pela passividade, ignorância e expectativa de as mulheres satisfazerem as necessidades sexuais do homem, enquanto a masculinidade se define pela multiplicidade de parceiras e controle de relações sexuais.

O conceito de vulnerabilidade permite entender mais plenamente como questões relacionadas a desigualdade, estigma, discriminação e violência, dentre outras, aceleram a disseminação de várias doenças e em especial

sexualidade

a epidemia da Aids (Parker 2000), e que alguns indivíduos e grupos estão em situação de maior vulnerabilidade, dentre eles, as mulheres.

Em muitos lugares, o controle e o domínio do homem expressam-se por meio de coação e violência sexual. Muitas mulheres, em todo o mundo, manifestam-se incapazes de exercer um controle sobre quando e em que circunstância têm relações sexuais. Em situações de violência, ou de ameaça, as mulheres são constrangidas severamente na sua habilidade de tomar medidas para se protegerem ou mesmo de solicitar que seus parceiros tomem precauções.

O preservativo masculino é a principal tecnologia preventiva existente para proteção contra doenças sexualmente transmissíveis. Embora eficazes quando utilizados de forma sistemática e correta, entretanto há muitos obstáculos relacionados com o gênero que lhe limitam a utilização. Nas culturas onde os preservativos se associam com relações sexuais ilícitas, as mulheres que se propõem introduzi-los numa relação encontram problemas tais como de serem vistas como infiéis ou demasiadamente preparadas.

As relações historicamente construídas de desigualdades entre os sexos, que colocam as mulheres em situação de vulnerabilidade, evidenciam a importância de incorporar às políticas públicas, marcos conceituais que possam ser elucidativos no trabalho de

De homem pra homem / criação e desenhos
Miguel Paiva / Ministério da Saúde



Gestão local é desigualdades de gênero / Ilustração de capa
Fernando Lopes / Redação Mireya Suárez, Marlene Teixeira, Ana Julieta Teodoro Cleaver

prevenção ao HIV/Aids, como o conceito de gênero.

A compreensão do conceito de gênero e de vulnerabilidade possibilita identificar os *valores* atribuídos a homens e mulheres bem como *as regras de comportamento decorrentes desses valores*. Com isso, ficam mais evidentes:

- a interferência desses valores e regras no funcionamento das instituições sociais, como a escola, a igreja...
- a influência de todas essas questões na nossa vida cotidiana;
- a possibilidade de se ter maior clareza dos processos a que estão submetidas as relações individuais e coletivas entre homens e mulheres.

O conceito de gênero também permite pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdades, ou seja, sem que as diferenças sejam ponto de partida para a discriminação.

A sociedade brasileira é marcada por uma assimetria de gênero; nessa

lógica o gênero masculino é o pólo hegemônico. Histórica e culturalmente, os indivíduos do sexo masculino ocuparam, na sociedade brasileira, e em outras, a cena pública (como a rua, o trabalho, etc) e às mulheres era reservado o espaço do privado (a casa, as emoções, os sentimentos...). Quando combinada a outras dimensões, como classe social, raça, escolaridade e faixa etária, gênero é uma categoria explicativa para comportamentos de grupo que são, em última instância, aprendizado social, medido por várias agências socializadoras, como a família, a escola, os amigos, a igreja, a mídia, etc.

Raça é uma variável essencial para entender-se a vulnerabilidade das mulheres. Segundo o IBGE (2000), no País a taxa de desocupação de pessoas com idade entre 15 e 65 anos é de 9,9% (8,1% para homens e 12,3% para mulheres). Para brancos, independente do

Em muitos lugares, o controle e o domínio do homem expressam-se por meio de coação e violência sexual. Muitas mulheres, em todo o mundo, manifestam-se incapazes de exercer um controle sobre quando e em que circunstância têm relações sexuais. Em situações de violência, ou de ameaça, as mulheres são constrangidas severamente na sua habilidade de tomar medidas para se protegerem ou mesmo de solicitar que seus parceiros tomem precauções

sex, ela é da ordem de 9% e para negros de 10,9%.

Refletir sobre o quadro da inadequação do cuidado oferecido a mulheres negras pode ser ainda mais difícil quando o problema de saúde considerado é a Aids. Guimarães (2001) no Rio de Janeiro, e Lopes e Buchala (2001) em São Paulo, destacam a maior vulnerabilidade de mulheres negras com HIV/Aids. Assim, de fato é possível encontrar uma sinergia entre gênero, raça e classe social que conforma, claramente, um cenário de vulnerabilidade social para aqueles que o integram.

Trabalhar com homens e mulheres para que participem da solução exige que pensemos sobre a responsabilidade não apenas de cada indivíduo, mas daquela partilhada pelas famílias, comunidades e sociedades.

Campanha do Ministério da Saúde



Diaconia/Divulgação

Uma pesquisa coordenada pelo diretor da clínica carioca Med-Rio Checkup, Gilberto Ururahy, especializado em medicina preventiva, revelou que alguns problemas de saúde, principalmente os atrelados ao *stress*, não fazem distinção de gênero. Apresentado o resultado em julho de 2001, o estudo avaliou a qualidade de vida de cerca de 20 mil executivos e empresários de ambos os sexos. O levantamento mostrou que a incidência de males que eram considerados típicos dos homens de negócios estão também atingindo as mulheres. "Isso prova que a fragilidade diante de uma doença não tem a ver com o sexo da pessoa. É o meio que provoca diversos males." Diz o dr. Gilberto Ururahy.

Tais questões trazem à discussão as relações sociais, como homens e mulheres se relacionam com o cotidiano, em que a responsabilidade para com a sobrevivência sobrecarrega ainda mais as pessoas, e quando os direitos reprodutivos e sexuais, não estão garantidos, o desgaste e a dificuldade nas relações de gênero se estabelecem.

Os direitos reprodutivos e sexuais estão baseados no reconhecimento da livre e responsável decisão sobre as questões relacionadas com os filhos, mas vão além, e incluem o direito de tomar decisões relativas à sexualidade e reprodução humana apoiadas aos direitos humanos, ou seja, a partir de uma perspectiva de igualdade e eqüidade sociais (Portella, 2002).

Assumir que a diversidade existe é um passo importante para o reconhecimento do valor dos homens e das mulheres, sem hierarquia (Rosiska, 2001). A perspectiva de gênero precisa, portanto, ser encarada como um dos eixos que constituem as relações sociais em geral.

Ester Leite Lisboa de Almeida, assistente social, pós-graduada em administração de organizações sociais pelo Mackenzie, assessora de Koinonia no programa Saúde e Direitos.

Violência de raça e gênero: a materialidade do racismo

Raquel Souzas

Mas o que é o racismo? Uma gramática social complexa auxilia a compreender o que venha a ser o racismo. Uma trama social extremamente lapidada socialmente faz com que acreditemos que não existe racismo em nosso contexto. Vivemos sob a égide do mito da democracia racial. Os inúmeros quilombos mapeados por todo o Brasil, mostram que a convivência entre senhores e escravos não foi tão cordial assim. Mas mantemos o mito de que vivemos uma democracia racial como sinônimo de brasiliade

A violência é um fenômeno social que tem inúmeras repercussões na vida das pessoas. Imaginemos quantas diferentes formas de violência simbólicas e físicas e teremos um leque amplo de vítimas que podem estar sendo submetidas. A violência, como aponta Hannah Arendt (1994) é uma forma ilegítima de uso da força e uma maneira de impedir o usufruto da liberdade, a que todos têm direito.

O racismo é uma expressão da violência ou a linguagem pela qual se expressa. Por um caminho ou outro chegamos à idéia de que a violência e o racismo andam juntos na sua manifestação social.

De um ponto de vista de gênero e raça a violência adquire um significado particular, ao mesmo tempo que tem uma dimensão bastante ampla. Pensemos que as mulheres são pelo menos metade da população e que no Brasil uma parcela significativa delas é negra (preta ou parda) e teremos a noção da amplitude que a violência, na intersecção de gênero e raça, pode tomar. Ou ainda, pensemos nas vidas roubadas pela violência cotidiana e estaremos ainda mais próximos do peso da violência em nossas vidas.

Pensemos em diferentes situações de racismo evidente, como, por exemplo, da separação no elevador. De um lado colocam-se pessoas do "Serviço" e do outro as pessoas do "Social". Na

prática o que acontecia no cotidiano dos prédios da cidade era que as pessoas negras eram identificadas como "Serviço" e as pessoas brancas como do "Social".

A discriminação pela própria palavra diz: separar, apartar. É isso que o racismo, por meio do uso da violência faz, aparta da sociedade pessoas pela cor, sexo, origem social ou por qualquer outra característica que possa ser captada para estigmatizar uma pessoa e impedem o direito de usufruir igualmente dos direitos, ou por vezes impede que a diferença seja respeitada.

O exemplo do elevador é banal e já devidamente regulamentado. Hoje em dia é proibido discriminar o acesso das pessoas pela cor, origem social etc e coibir o direito de ir e vir. Muitos prédios têm afixada no elevador uma placa proibindo qualquer tipo de discriminação. Mas embora algumas medidas tenham sido tomadas no sentido de diminuir a discriminação racial e de gênero em nossa sociedade, ainda não foi possível eliminá-la. Basta ver pelos indicadores sociais de pobreza que a população negra vive ainda sob peso de uma grande desigualdade social. Segundo Paixão (2003) a população afrodescendente, em algumas regiões do Brasil, vive em condições iguais às das regiões mais pobres do mundo.

Hoje não faltam dados para evidenciar que a cor é um elemento de diferenciação na nossa população. E, quando se agrava a questão de gênero à questão racial, a mulher negra está na base da pirâmide social, tal a situação de desigualdade.

Mas o que é o racismo? Uma gramática social complexa auxilia a compreender o que venha a ser o racismo. Uma trama social extremamente lapidada socialmente faz com que acreditemos que não existe racismo em nosso contexto. Vivemos sob a égide do

mito da democracia racial. Freyre (2003) nos fornece uma análise da vida social brasileira marcada por uma “cordialidade” que de fato não existe. Os inúmeros quilombos mapeados por todo o Brasil, mostram que a convivência entre senhores e escravos não foi tão cordial assim. Mas mantemos o mito de que vivemos uma democracia racial como sinônimo de brasilidade. A negação das dificuldades vividas pelo negro(a) no Brasil faz parte de um conjunto de mecanismos sociais que mantém a desigualdade. Silva (1998) afirma que as desigualdades existentes entre negros e brancos hoje, não são resultantes apenas do processo de escravidão, mas sim de processos bastante atuais, que visam manter as desigualdades sociais hoje.

Assumir que o racismo existe e que aparta e constrói uma realidade adversa para uma parte importante da população talvez seja o primeiro passo para construir-se medidas para erradicar o racismo da nossa sociedade.

Pesquisando sobre a saúde reprodutiva de mulheres negras e brancas colhi o depoimento de uma mulher simples, mas que tinha uma profunda compreensão sobre o racismo no Brasil. Ela definiu o racismo como aquilo que ofende a alma humana. De fato, de uma perspectiva de direitos humanos, racismo atinge a dignidade humana, porque não respeita o que é mais humano em nós: a diversidade.

Ao somar-se com a questão de gênero temos a mulher negra como alvo de injustiças ainda mais graves. E isto pode ser expresso através de resultados como altas taxas de mortalidade materna, prevalência na hipertensão, miomas e outras questões de saúde. Dados mapeados por Martins (2000), Souza (2002), Lopes (2003), Batista (2002), Pinto (2002) e outros mais, todos pesquisadores negros compro-

PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL: COMPOSIÇÃO POPULACIONAL E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), 2001

País	Posição IDH/ PNUD(*)	Nível do IDH (**)	Estimativa sobre a composição étnica e racial da população
Argentina	34	Alto	Branca 99% Indígenas 1%
Uruguai	37	Alto	Branca 92% Afrodescendente 8%
Chile	39	Alto	Branca 98% Indígenas 2%
Brasil, população branca	48	Médio I	
Venezuela	61	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria formada por mestiços de indígenas com brancos. Indígenas 7% (aprox)
Colômbia	62	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria formada por mestiços de indígenas, negros e brancos
Suriname	64	Médio I	Mestiços de brancos/ negros/ indígenas 30% Orientais 49% (****) Afrodescendentes 10% Indígenas 3% Brancos 8% (aprox)
Brasil	69	Médio I	Branca 54% Afromestiça 39% Afrodescendente 5,4% Indígena 0,2% Orientais 0,5%
Peru	73	Médio I	Sem dados oficiais. Indígenas formam cerca de 50% da população. Outra parte negra, mestiça de indígena e branco e uma minoria de brancos
Paraguai	80	Médio I	Mestiços de indígenas e brancos 90% Indígenas 5% Brancos 5%
Equador	84	Médio I	Sem dados oficiais. Maioria da população formada por indígenas
Guiana	93	Médio I	33% Orientais (****) 33% Negros 33% Outros
Bolívia	104	Médio II	Indígenas 57% Mestiços de brancos e indígenas 25% Brancos 18%
Brasil, população afrodescendente	108	Médio II	

(Obs) O IDH desagregado para etnias no Brasil é referente ao Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000, quando o Brasil estava na 74^a posição. A este respeito ver Paixão (2000), “Desenvolvimento Humano e Desigualdades Étnicas no Brasil – um retrato de final de século”. *Proposta* n.º 98.

(*) entre 162 países

(**) IDH alto > 0,800; IDH Médio I < 0,799 – 0,700 >; IDH Médio II < 0,699

(****) descendentes de javaneses e/ou hindus

Tabela elaborada por Marcelo Paixão, publicada na *TEMPO E PRESENÇA* n.º 319.

metidos com a questão da saúde da população negra.

Se pensarmos a hipertensão e o processo de adoecimento por esta causa, é fácil explicar por que esta doença tem maior prevalência na população negra e como o racismo pode ser

considerado um fator que contribui para o adoecimento.

As dificuldades vividas no cotidiano vão adquirindo corporeidade e se transformando em doenças de origens difusas. A violência resultante do racismo é um problema estrutural em

nossa sociedade e se expressa claramente na desigualdade racial e na distribuição de poderes. Configuram desrespeito aos direitos humanos, são, sobretudo, formas banalizadas e pensadas como naturais e portanto não questionadas no cotidiano.

A sociedade brasileira foi estruturada com base em enormes violências que vêm desde o processo de ocupação das terras e expulsão dos índios, a escravidão que foi abolida só séculos mais tarde quando uma cultura de violência já estava instaurada. A mulher negra nesse processo, foi vítima de todo tipo de abuso até sexual.

Um longo processo de exclusão foi incutindo no negro o desejo de branqueamento para fugir ao estigma e às situações decorrentes dele. A ideologia do embranquecimento introjetada fez com que recusássemos a nós mesmos, o nosso corpo, a nossa cultura. Tal processo de extrema violência tanto material como simbólica, construiu uma realidade extremamente adversa ao negro, onde ele próprio alimenta e se torna cúmplice da opressão cotidiana. Como aponta Fanon (1983), negro foi uma categoria inventada pelo europeu sob o signo da inferioridade. Santos (2002) refaz a arqueologia da idéia de inferioridade do negro, hoje naturalizada em nossas relações cotidianas.

Esta recusa de nós mesmos faz com que rejeitemos a nossa identidade e cultura. Faz de nós pessoas sem história, a um passo de processos psíquicos de anulação. A violência então tem reflexos para a saúde mental dos indivíduos.

A "Saúde da população negra" se constituiu como um campo de pesquisa e ação política do movimento negro que visa não só visibilizar a condição do negro, como também construir medidas de impacto para rever-

ter a situação de desigualdade. Sobretudo apresenta o conceito de "raça" como uma construção social e não biológica, considerando que o conteúdo genético que define uma raça em relação a outra não passa de 3%, o que impede a diferenciação entre os seres humanos. No Brasil é negro quem carrega 'marcas' de negritude e é possível de discriminação pela cor da pele e por outros sinais que identifiquem sua origem étnico/racial.

Várias etapas do processo de visibilização da condição do negro foram cumpridas. Há pelo menos duas décadas o movimento negro, mais especificamente, tem atuado no campo da saúde, objetivando incluir na pauta da agenda de saúde dos governos nos diferentes níveis a questão da saúde da população negra. Esta articulação política e movimentação social é fundamental para a vitalidade da discussão e garantia de que a temática realmente vai ser compreendida e incorporada pelos governos e a sociedade. Como aponta Boaventura dos Santos (2000: 37), "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza".

Novas ações estão sendo incorporadas à pauta governamental para ampliar o exercício dos direitos e a cidadania da população negra, mas ainda muito precisa ser feito. Sobretudo falta ainda uma profunda reflexão na questão específica do processo saúde/doença numa perspectiva que inclua a reflexão sobre as relações raciais no Brasil. A desvantagem dos negros é captada por estudos quantitativos e revela que o prejuízo no campo da saúde é grande, quando se é negro. Por vários caminhos o racismo é corporificado e materializado em processos de adoecimento que levam mais rapidamente à morte, diminuem a esperança de vida e a qualidade de vida, de modo geral. Esta materialidade do racismo no corpo do homem e da mulher negra, ao ser negada, coloca uma parcela importante da população num isolamento e sofrimento social que só vem a agravar ainda mais a situação, nesse sentido a possibilidade de compreensão do processo saúde/doença de uma perspectiva que inclua a dimensão das relações raciais no Brasil contribui para a emancipação da população negra, que há muito tempo ainda espera pela verdadeira liberdade. ■

Raquel Souzas, socióloga, doutora em Saúde Pública pela FSP/USP, membro do Conselho Diretor da FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

Batista, L.E. *Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte*. Araraquara; 2002 [Tese de doutoramento Unesp-Araraquara]

Fanon F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Outra Gente – Editora Fator, 1983.

Lopes, F. *Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/Aids no Estado de São Paulo*, São Paulo, 2003 | Tese de doutorado – Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública/USP.

Martins, A. L. "Maior risco para mulheres negras no Brasil". *Jornal da Redesaudé*, 2001; 23:37-40

Paixão, M.J.P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

Pinto, E. *Ventres Livres: o aborto numa perspectiva étnica e de gênero*. São Paulo: FalaPreta!/Terceira Margem, 2002.

Santos, G.A. "Selvagens, exóticos, demoníacos. Idéias e imagens sobre uma gente de cor preta". *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n.2, 2002, pp 275-289.

Souza, V.C. *Sob o peso dos temores: mulheres negras, miomas uterinos e histerectomia*, São Paulo, 2002 [Tese de doutorado em Ciências Sociais – PUC-SP]

Silva, N. do V. "Cor e o processo de realização socioeconômica". *Ciências Sociais Hoje*, 2 ; 1998:198 a 210.

Gênero, sexualidade e religião

Tercio Paulo de Almeida

Entre 'conformações e rupturas' na religião cristã presente na cultura ocidental neste milênio, indaga-se: Como viver a sexualidade numa época em crise com os paradigmas e a busca de ser mais humano? Como permitir vivenciar os sentimentos e emoções num tempo fúlgido, quando tudo acontece rápido, e o hedonismo não encontra outras formas de satisfação e a busca pela razão de ser, se transformou em busca de se dizer para si próprio que ainda está vivo?

A temática Gênero, Sexualidade e Religião traz-nos neste início de Terceiro Milênio, a reflexão sobre o desejo coletivo expresso na busca de transcendência e um mergulho no mundo tecnicista, em que o imperativo de buscarmos a felicidade e nos planificarmos perpassa a sexualidade.

Há de ser considerado que somos produto de nossa história e para tanto, entender a divisão sexual do trabalho; e os papéis que homem e mulher estão a vivenciar, remetem-nos às ques-

tões de gênero e às reflexões a respeito do sagrado e da modernidade.

Termos um olhar sobre o Mito e outro para com o momento presente é uma tarefa um tanto árdua, para tentarmos entender o que se vive hoje enquanto sentimentos e espiritualidade num mundo diversificado e plural.

"O Homem é um ser Social" – portanto, vive em sociedade; disto resulta que a cultura é o fator que dá forma às relações entre os seres humanos, ou seja, normatiza as ações por intermédio de suas instituições, nas quais a família é por excelência a instituição primeira; que se estabelece por motivos que vão dos laços de parentesco, dos sentimentos à necessidade de realização/plenificação do ser, ou seja, a sexualidade vai da vida privada à vida pública.

Falar ou discorrer sobre "sexualidade" é tangenciar o "consciente coletivo", ou seja, olhar o que está estabelecido através dos costumes, das crenças, das leis morais vigentes, no transcurso do tempo e do espaço – na sociedade (Durkheim).

Ao enfocarmos a questão da "Sexualidade na Religião", faz-se necessário compreender o significado da sexualidade no que diz respeito a "conformação e ruptura" de comportamentos no transcurso da história da religiosidade judaico-cristã, que é nossa herança.

A narrativa mítica da criação, descrita no Livro de Gênesis na Bíblia,

mostra o Deus-Criador realizando o seu trabalho de criar, criou os céus e a terra, ... e viu que tudo era bom, por fim abençoou toda a sua criação. A ultima obra de sua criação foi o homem. Ele o criou, e não achou por bem que ficasse só no Paraíso; fez-lhe também uma mulher, tirada de seus ossos e da sua carne, e os colocou no Jardim do Éden para cultivar e guardar... e lhes deu esta ordem: "De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comerdes, certamente morrás." (Gênesis 2. 16-17).

Ocorre que estes vieram a comer do fruto proibido. O Criador procurou ambos e não os encontrou, ao perguntar: onde se encontravam? achou-os escondidos entre as árvores, por estarem nus.

O Criador depois de ouvir-lhes as justificativas por transgredir suas ordens, os castigou: a *serpente* (maldi-se-a como animal, e fez com que ela viesse a rastejar por toda a sua existência, comendo o pó da terra, e ainda colocou a inimizade entre a descendência desta para com a da mulher); a *mulher* (com dores de parto parirás, e o teu desejo será para o teu marido); o *homem* (amaldiçoou a terra e disse: com o suor do teu rosto trabalharás, e esta produzirá cardos e abrolhos e dela comerás até que voltes ao pó da terra).

Termina a narrativa no capítulo 3, nos versículos 22-24, Deus dizendo: *Eis que o homem se tornou como um de nós/Deus, conhecedor do bem e do mal; assim, que não estenda a mão, e tome da árvore da vida, e coma, e viva eternamente ... o Senhor Deus Criador os expulsou do Jardim do Éden...* Este

mito traz uma questão muito significativa para nós, que é a perda da inocência, da ingenuidade, a partir do momento em que o ser humano toma consciência de poder realizar o bem e o mal; a sexualidade não mais terá apenas e tão-somente a intencionalidade de expressar o amor, o carinho, o cuidado, o afeto, a busca de partilha e cumplicidade, mas, de dominação, de subjugação do outro, de destruição e sujeição nas relações entre os seres humanos, pois a partir da 'nudez interior', esta transparência fará deste/a um sujeito vulnerável ao outro, que conhecerá seus medos, seus traumas, os seus desejos ficando assim exposto à manipulação.

A sexualidade vista e vivida na época do Jesus de Nazaré, já era bem diversa da dos tempos patriarcais, e isto em decorrência das influências e transformações ocorridas pelo povo de Israel pós-exílio babilônico (séc. VI aC).

O apóstolo Paulo em sua carta à Igreja de Corinto na Grécia diz a respeito de perguntas com vistas ao casamento, que é bom que cada homem tenha a sua mulher, e cada mulher tenha o seu próprio marido, e quem tem uma filha virgem, e esta quiser se devotar para o trabalho na igreja que assim o faça, mas se quiser casar, também pode, desde que o casamento seja entre cristãos para que assim não aconteça o divórcio. Em tempos de perseguição para com os cristãos seria mais interessante que não se casassem (I Coríntios 7).

A sexualidade neotestamentária é compreendida em termos de casamento monogâmico e heterossexual, mantendo-se a postura contrária às práticas greco-romanas como a homossexualidade (masculina e feminina) e as orgias, conforme Paulo escreve a Igreja de Roma (Romanos 1. 26-27).

Esta moral religiosa adentra a era cristã e vai da Igreja Primitiva até a institucionalização da fé cristã em



Constantino (séc. IV aD.), quando o cristianismo passa a ser a religião oficial, e se inicia posteriormente a Cristandade, ou seja, inicia-se a Idade Média (Walker, 160).

Este período foi caracterizado como o período das trevas, e no que diz respeito a sexualidade, ficam evidenciados os extremos. Por um lado a busca obstinada por uma vida espiritual, valorando-se a virgindade, o celibato e até mesmo incorporando erroneamente uma visão de que a sexualidade era algo pecaminoso, e a própria figura feminina era tida como a responsável pela entrada do pecado no mundo; o oposto, seriam as orgias e toda sorte de liberação dos impulsos e instintos sexuais, como o que ocorria nos mosteiros e mesmo entre os que integravam a esfera da nobreza.

A guisa de provocação, o texto de Fabrícia A. T. de Carvalho (UFRJ, curso de História), intitulado "A mulher na Idade Média: construção de um modelo de submissão", traz a visão dicotômica acerca da mulher, pois de

um lado – Eva – era a figura por meio de quem entrou o pecado, a personificação de onde está a luxúria, a sensualidade, a gula... de outro lado, traz a figura de Maria – a mãe de Jesus – mulher que acolhe o mistério da encarnação do Deus feito menino, que veio redimir o ser humano do pecado e da morte; o mistério do nascimento virginal evidencia sua virtude e razão da escolha por vir a ser a mãe do Jesus Histórico e Cristo da Fé.

Assim os homens e os clérigos oscilavam entre Eva e Maria, ouvindo sempre as homilias em que a mulher só poderia se redimir se viesse a se converter, como no caso de Maria Madalena.

É na Modernidade, quando as grandes transformações acontecem, das descobertas de novos mundos às Reformas Religiosas, a emergência do conhecimento científico e a nova configuração geopolítica, com a ascensão da burguesia e o processo de secularização, os referenciais de valores presentes nesta nova cultura, possibilitaram ao ser humano buscar conhecimento sem medos e controles; o conhecimento científico através da biologia, da psicanálise, da sociologia e da antropologia possibilitou entender o universo das diversidades culturais, religiosas, da divisão do trabalho entre os gêneros, da elaboração de leis que condizessem com a igualdade contemplando etnias, orientações sexuais e faixas etárias.

O que outrora regulava o ser era a religião, agora passou a ser a economia e a dominação legal, e aí se dá a ruptura, onde a religião que também é o espelho da sociedade, ou mais, uma das instituições da sociedade contextualizada na história, traz a reflexão sobre o comportamento sexual, em que a emancipação feminina se fez vitoriosa, se não na sua totalidade, pelo menos em boa parte de suas reivindicações. No que diz respeito à Religião,

também houve avanços significativos da luta feminina.

As Igrejas do Protestantismo Histórico em boa parte do mundo ordenam hoje mulheres ao pastorado, defendem a lei do aborto em casos excepcionais (estupro, risco de vida da mulher gestante...), do divórcio e no presente momento, reflete-se sobre a opção sexual para a homossexualidade e até mesmo com vistas à ordenação de pastores e pastoras com esta orientação sexual.

A revista *Newsweek* (EUA), editada em 4 de novembro de 1996, levou ao conhecimento dos cidadãos americanos o impasse vivido no Presbitério de Atlanta/Georgia; onde um pastor presbiteriano (49 anos, casado e pai de duas filhas), capelão do Centro Psiquiátrico, tutor de seminaristas no *Emory University's Candler School of Theology*, depois de realizar uma cirurgia/transplante sexual, para mudar sua identidade, trouxe um problema para o seu Presbitério, pois fora ordenado Pastor/homem, e como continuar no pastorado, se então se tornara mulher?

Hoje a conhecida reverenda (2003) trabalha no *More Light Presbyterians*, órgão que reflete e assessoria igrejas e instituições nas questões de gênero.

Ainda no mês de agosto, o Jornal Folha de São Paulo trazia a público, a indicação ao bispado de um reverendo da Igreja Episcopal Anglicana dos Estados Unidos, pároco da diocese de Manchester, estado de New Hampshire, sendo ele homossexual assumido, tendo-se divorciado de sua esposa, é pai de dois filhos e vive há treze anos com seu companheiro. A Igreja Anglicana está há três décadas debatendo o assunto, a primeira votação foi na cidade de Minneapolis, Estado de Minnesota, em que obteve 128 votos a favor, e 63 contrários. Ao vencer a votação disse: "Suponho que dentro de pouco tempo outras igrejas venham a receber abertamente homossexuais e

O que outrora regulava o ser era a religião, agora passou a ser a economia e a dominação legal, e aí se dá a ruptura, onde a religião que também é o espelho da sociedade, ou mais, uma das instituições da sociedade contextualizada na história, traz a reflexão sobre o comportamento sexual, em que a emancipação feminina se fez vitoriosa, se não na sua totalidade, pelo menos em boa parte de suas reivindicações

lésbicas no seio de sua hierarquia.", a ala moderada da igreja argumenta que não há risco de cisão no anglicanismo no mundo (77 milhões de fiéis), houve na década de 1970 reação semelhante à ordenação de mulheres ao sacerdócio, mas nada aconteceu depois da impactação.

Se por um lado, os segmentos protestantes e anglicanos buscam a ruptura, existe ainda a conformação da tradição Católica Romana/Ocidental. As denúncias de pedofilia, as reivindicações de sacerdotes pela concessão para o casamento, uma vez que não suportam mais viver isolados e sozinhos, se tem manifestado na reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no ano 2000, e é uma realidade.

Surge da parte das religiosas católicas romanas, o movimento "Mulheres Católicas pelo Direito de Decidir", em que defendem a prática do aborto, e não raro encontram-se muitas destas religiosas questionando sua posição dentro da Igreja, como o porquê da não ordenação ao sacerdócio (tais como as anglicanas, metodistas, luteranas e presbiterianas), do casamento e da mater-

nidade, e a constatação de homossexuais/lésbicas na vida religiosa.

A partir destes fatos, poderemos constatar que entre 'conformações e rupturas' na religião cristã presente na cultura ocidental neste milênio, indaga-se: como viver a sexualidade numa época em crise com os paradigmas e a busca de ser mais humano? Como permitir vivenciar os sentimentos e emoções num tempo fugido, quando tudo acontece rápido, e o hedonismo não encontra outras formas de satisfação? e a busca pela razão de ser, se transformou em busca de se dizer para si próprio que ainda está vivo?

Sigmundo Freud ao escrever *O futuro de uma ilusão* (1927), numa crítica à religião diz:

Os desejos instintuais que sob elas (pessoas) padecem, nascem de novo a cada criança; há uma classe de pessoas, os neuróticos, que reagem a essas frustrações através de um comportamento associal. Entre esses desejos instintuais encontram-se os do canibalismo, do incesto e da ânsia de matar. (Freud, 90).

Parece-nos que a sexualidade expressa nas relações heterossexuais, homossexuais e mesmo transexuais, reporta a uma questão de fundo, o que está expresso nestas relações: amor ou ódio? altruísmo ou barbárie? catarse ou auto-destruição?

Tudo parece sinalizar que a secularização, a ciência e a adaptação da religião cristã à cultura vigente, não estão dando conta de responder sobre a sexualidade vivenciada na pós-modernidade, o fio tênu entre 'conformação e ruptura' parece se eternizar no ser... assim como a obsessão do ser humano a vir tornar-se "Deus".

Tercio Paulo de Almeida, teólogo, docente, pós-graduado em Ciências da Religião na UMESP, membro da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

Ivone Gebara

Gênero: uma questão de honra?



Sabe-se que em muitas tradições culturais a honra do homem se afirma com a punição da mulher. E, no Brasil, em muitos lugares e meios ainda é assim! Por isso somos um dos campeões da violência contra as mulheres e da violência doméstica! As manchetes dos jornais populares estão cheias de crimes passionais, de vinganças pessoais, muito embora seja ainda o tráfico de drogas que cause o número maior de vítimas.

Quantos pais se sentiram desonrados quando as filhas engravidaram ou saíram de casa com os namorados?

Quantos maridos se sentiram desonrados porque as esposas lhes desobedeceram ou se apaixonaram por outro homem ou simplesmente resolveram sair de casa?

Quantos tentaram resgatar a honra com suas próprias mãos como se pudessem compensar com um outro mal o mal recebido?

A maneira de restaurar a honra masculina é punindo a mulher e muitas vezes, o homem que a 'desonrou' porque a disputou com o outro, seu 'legítimo' proprietário. A briga é entre homem e

mulher, e entre homem e homem em disputa do mesmo 'objeto' de posse. Não há diálogo, nem explicações, nem perdão neste modelo de preservação da honra!

Nenhum homem quer ser chamado 'corno' ou 'chifrudo' ou simplesmente reconhecer-se 'traído'. Sua masculinidade estaria ameaçada, sua identidade social e pessoal estaria sendo posta em cheque. Perderia o reconhecimento social entre os amigos e a família, visto que todos se mantêm sustentados pela mesma lógica. É isto que se aprende em casa e na rua e é isto que se faz. Por essa razão, as transgressoras da ordem masculina se tornam "safadas", "raparigas", "filhas de satanás", "mulheres de vida fácil" e portanto, merecedoras de punição!

Só o castigo bem dado pode devolver a honra, muito embora um ultraje nunca possa ser esquecido. Só o castigo, às vezes violento, pode devolver a identidade masculina maculada e propiciar a restauração necessária para continuar a viver. É nessa lógica que muitos agressores não se arrependem do crime cometido e reincidem várias vezes no mesmo

tipo de violência. Este é o modelo de 'macho' que impõe e fora dele não há outro que realmente satisfaça o ego popular. Este ego de aparência forte é reforçado pelos noticiários populares de rádio e televisão em que os apresentadores são 'machões' e justicieros talvez apenas um pouco mais refinados e sofisticados do que os ouvintes.

Desde cedo, ao alvorecer do dia, dos bares e pontos de ônibus, das casas mal iluminadas e das barracas de lanche, o noticiário da noite dado pela manhã corre solto. Todos querem saber das últimas notícias! Quem sabe um conhecido, um amigo, um parente se tornou vítima de algum malfeitor ou da má sorte! Quem sabe prenderam aquele marginal ou aquela "alma sebosa" tão conhecida! As vozes dos locutores ressoam pelos bairros: "Lavou a honra". "Matou a safada". "Apunhalou o rival". "Preparou a cilada para o concorrente" — anunciam assim o início de uma nova jornada como se a noite tivesse confirmado apenas o de que todos já desconfiavam.

Mais uma vez o noticiário traz a confirmação trágica do modelo de homem popular reconhecido e permitido pela sistema vigente, o homem que de alguma maneira é "levado a lavar a sua honra" quando na realidade já a perdeu há muito tempo.

O homem pobre abandonado à própria sorte indigna, agarra-se ao que aprendeu a chamar de honra. E a ela tem acesso pois é a única a que lhe permitem ter acesso!

A desonra que aparece nada mais é do que o comportamento transgressor de uma mulher, saindo de uma relação de posse e entrando em outra, talvez tão opressora quanto a primeira. A desonra é expressão da tentativa de sentir-se amada, é o anseio incontido de carinho, afeto e segurança.

A honra do homem seria medida pela capacidade de manter um sistema de autoridade e dependência da mulher à sua própria autoridade. E a honra da mulher se manteria na medida em que ela se submetesse a essa mesma tradição. É o que se diz, é o que se quer pensar e é o que se quer que se pense!

Honra e desonra se referem a costumes, comportamentos, tradições familiares e culturais. Honra e desonra se referem à necessidade humana de valer aos olhos uns dos outros!

Honra e desonra como 'valores' fora de nós, comportamentos para serem vistos e responderem a expectativas grupais!

Honra e desonra que alienam e saturam de mais violência a vida cotidiana já tão difícil e sofrida.

Que frágeis são os caminhos desta honra!

Que violentos são os caminhos desta honra!

É a partir de fatos comuns do dia-a-dia de um bairro popular que a violência de gênero, uma expressão da violência do sistema, fica mais escancarada. É como se, apesar de todos os programas de educação popular, apesar de toda a conscientização política, não tivéssemos conseguido mudar essa cultura da violência ou o culto da violência como forma de identidade masculina. É como se tivéssemos decretado a falência das boas idéias educacionais e religiosas ou sua ineficácia diante do quadro crescente de agressões diretas, como forma de ajustar contas. Mas, que contas? Quem não pagou ou quem pagou o quê? Quem é o devedor e de quem é a dívida?

E nesse ajuste de contas com a vida, as mulheres têm sido vítimas privilegiadas e os homens os agressores privilegiados.

Não se trata apenas de uma afirmação da existência inquestionável de dois gêneros mas, do tipo de relação aprovada ou tolerada pela sociedade. E toleram-se não apenas os crimes em relação à chamada honra, mas eles abrem-se em outros comportamentos como, por exemplo, as diferentes formas de controle religioso, científico e tecnológico dos corpos femininos. Lá também a honra do homem se faz presente! As mulheres devem se submeter a esses donos com aparência fina, condecoradores de seus corpos e de suas almas! E se não o fazem são punidas de diferentes maneiras.

A frágil e enganosa honra que se introduz e se afirma como a lei civilizada dos novos costumes, na realidade ainda continua a manter as antigas hierarquias culturais. As mulheres têm que ser segundo os homens e segundas em relação aos homens! E aí tocamos mais uma vez a questão das relações de gênero.

Gênero, é uma relação entre mulheres e homens reconhecida e firmada por instituições, estruturas, costumes e práticas cotidianas. Gênero tem a ver com a forma de socialização em que fomos educadas e que reproduzimos em todas as instituições sociais. Gênero tem a ver com sexualidade, com etnia e com classe

social. Estas formas sociais e sexuadas de existir são atra- vessadas de poderes que se cruzam em diferentes dire- ções, de forma a manter uma concepção hierárquica de mando e obediência.

As injustas relações de gênero existem em todas as classes sociais e em todas as etnias. Nas classes mais abastadas elas guardam o refinamento próprio da classe. No entanto, quanto maior a pobreza, mais rude e crua se torna a expressão das relações injustas de gênero. A pancada é maior e a publicidade nos jornais populares é manchete! Mas trata-se da mesma cultura violenta que se expressa de diferentes maneiras!

Poderíamos nos perguntar se o cristianismo na sua luta pela igualdade entre as pessoas humanas não es- taria isento dessa ferrugem corrosiva nas relações? Ao menos lá, estariam a salvo do pecado do mundo?

Entretanto, sabemos bem que o cristianismo não nasceu a partir da igualdade de gênero e menos ainda cresceu a partir da igualdade de gênero. Muito embo- rra o feminismo esteja atuando como movimento social há mais de trinta anos no Brasil, a força real e simbólica da submissão continua a estruturar as relações cristãs. As mulheres não conseguiram ainda cidadania integral na maioria das igrejas cristãs!

Uma leitura superficial do Novo Testamento já nos permite perceber o quando o rosto social do cristianis- mo é masculino. E isto é indiscutível, muito embora nós, teólogas feministas, tenhamos descoberto a liderança de muitas mulheres nas primeiras comunidades cristãs e a presença das fiéis seguidoras de Jesus ao longo de sua vida pública, além da cara feminina do Espírito Santo.

O cristianismo nas suas várias expressões não é dife- rente da cultura em que nasceu e em que vive. De uma forma ou de outra sempre privilegia os homens e sobrecarrega as mulheres, sempre alivia mais a culpa mas- culina e acentua a feminina sobretudo no que se refe- re ao corpo e à sexualidade.

Minha vizinha se diz 'crente'. No dia 8 de março, dia internacional das mulheres, ela ouvia as palavras radiofônicas do pastor de sua Igreja. O aparelho de rádio familiar foi socializado de forma que muitas vizinhas, as que queriam e as que não queriam, foram obri- gadas a ouvir a mensagem. O pastor, ao cumprimentar todas as mulheres de sua igreja pela significativa efe- méride, insistia na importância de "sua submissão aos

maridos" como expressão da vontade divina. Então acon- selhava com grande veemência que no dia das mulheres elas se esmerassem em ser mais conformes à vontade amorosa de Deus. E sugeria algumas práticas simples como por exemplo: "não contar hoje aos maridos o aper- reio que tiveram com os filhos", "não pedir mais dinhei- ro para pagar as contas da casa", "engomar melhor a camisa que ele gosta", "não achar ruim se ele sair para conversar com os amigos", "preparar a comida que o marido mais gosta"... Este presente era na realidade ofer- tado a Deus, embora dado aos maridos no dia interna- cional das mulheres! E concluiu sua mensagem festiva dizendo : "Neste dia internacional das mulheres, vocês deveriam simplesmente testemunhar através dessas ações a perfeição à qual foram chamadas!"

No dia 31 de maio deste ano o papa João Paulo II aprovou uma carta endereçada aos bispos da Igreja Católica Romana. O documento veio a público em agos- to. Mais uma vez os digníssimos prelados utilizam a Bí- blia para dizer que é lá que podemos encontrar as for- mas mais justas de relação entre mulheres e homens. Utilizam-na de forma normativa e a-histórica sem ne- nhuma preocupação de contextualizar os textos.

Mesmo se deixarmos este anacronismo clerical de lado, veremos que os digníssimos prelados nem sequer se dão conta da opressão de gênero, das inúmeras for- mas de violência contra as mulheres e contra os pró- prios homens. Para eles não se pode criar rivalidades entre mulheres e homens porque somos "imagem e se- melhança de Deus". De que Deus?

Mais uma vez as igrejas não tocam a realidade, não sentem o cotidiano da violência do mundo, o cotidia- no das relações humanas na sua grandeza e na sua pequenez. Contudo, a Igreja Romana se arvora ainda em afirmar-se como "especialista em humanidade".

Honra e desonra masculina, feminina são apenas um capítulo da longa jornada de violências que nos im- posmos uns aos outros, umas as outras!

A busca de igualdade e justiça nas relações de gê- nero é apenas uma expressão de uma luta maior, a luta de transformar o mundo, a luta de dar-nos a possibili- dade de fazer desta Terra um lugar onde as vidas sejam mais respeitadas e amadas.

E essa continua sendo a nossa luta, renovada de geração a geração...

Aos adolescentes, o inferno

Esther Maria de M. Arantes

(...) Eu me agachava, despid, para verem se não carregava nada dentro de mim (...) Ali eu era só mais um e não importava quem eu sempre fui (...) Para o Estado eu era só um número (...) Quando perguntado pela assistente social a qual facção eu pertencia, respondi que não era integrante de nenhuma (...), então ela me disse que, infelizmente, não havia celas neutras e que eu teria que escolher

O jornal *O Globo* (11 de julho de 2004) apresentou na primeira página uma foto de adolescentes internados no Instituto Padre Severino,¹ com a seguinte chamada: *A classe média visita o inferno*. Referia-se ao fato de pais de classe média estarem levando os filhos a conhecer unidades de internação para adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, a fim de ensiná-los “a evitar o envolvimento com o crime”. Conta a diretora que só neste ano de 2004, trinta pais levaram os filhos ao Instituto, todos com autorização da Justiça. Segundo a reportagem, a prática de levar os jovens de

classe média para visitar as unidades do Degase tem surtido efeito, e a mesma diretora informa que nenhum jovem dos que visitaram a Instituição voltou como “cliente”:

Os garotos se apavoram. Eles entram com os agentes e visitam os alojamentos e o refeitório. Os pais ficam lá fora. É uma diferença brutal do dia-a-dia deles. Aqui não vai ter cardápio à la carte (...).

Durante a reportagem de Vera Araújo, intitulada *Uma dura lição*, à p.17, ficamos conhecendo um pouco da rotina do Instituto: adolescente acordado com balde de água fria para o café da manhã; detido por flagrante de uso de drogas; tem que optar por uma das “facções”; disciplina à base do “sim, senhor”, os adolescentes se deslocando em filas, com as mãos para trás e de cabeça baixa. Esta disciplina é o que faz com que “as rédeas dos 220 internos” sejam mantidas. Durante o jantar, todos os adolescentes comiam em silêncio:

Ao fim da refeição, o interno é obrigado a catar as migalhas que tenha deixado cair, pôr a cabeça na mesa e aguardar a hora de retirar o prato e deixar o refeitório:

– Nós impomos limites. Eles vão ter que comer o que for servido. Não vai ter a mamãe para oferecer outra opção, nem a turminha para viver no mundo das drogas (...).

Segundo carta enviada à repórter, por um dos jovens de classe média, os procedimentos do Padre Severino o

fizeram sentir-se como “um objeto, um traste que deveria penar em um lugar daqueles”:

(...) Eu me agachava, despid, para verem se não carregava nada dentro de mim (...) ali eu era só mais um e não importava quem eu sempre fui (...) Para o estado eu era só um número (...) Quando perguntado pela assistente social a qual facção eu pertencia, respondi que não era integrante de nenhuma (...), então ela me disse que, infelizmente, não havia celas neutras e que eu teria que escolher (...). Pude aprender nessa história de terror que a liberdade é o bem mais precioso de um ser humano e que violentá-la e restringi-la é uma medida aplicável sim, porém em casos bem analisados e investigados. Não se pode utilizar medida deste escalão como um simples castigo (...).

No dia 12, em matéria intitulada “Drogas já somam 26% entre menores infratores”, o mesmo jornal dá continuidade ao assunto. Vejamos trechos desta nova matéria:

Quando um dos juízes da 2ª Vara da Infância e da Juventude disse a X, de 17 anos, que ele já sabia o que era o inferninho (sala onde os menores aguardam a audiência), mas faltava a ele conhecer o inferno (uma referência ao Instituto Padre Severino, unidade para menores infratores), o jovem estremeceu. X estava prestes a perder a liberdade, por causa de um cigarro de maconha encontrado por policiais militares (PMs) em sua jaqueta – que

X. garantia ter sido esquecido por um colega. (...) se o jovem é usuário de drogas, normalmente é sugerido que ele passe por um tratamento. E os adolescentes de classe média costumam aceitar a proposta, com os pais, para evitar processos e até internação.

No dia 15, *O Globo* publica três cartas dos leitores, demonstrando indignação e descontentamento em relação ao fato de que rapazes pobres estejam sendo observados como num zoológico e com a falta de crítica dos entrevistados e da própria reportagem, diante do horror e do inferno apresentado.

No mesmo dia, o jornal publica nova matéria intitulada "Desembargador: abrigos são escolas de crimes", na qual a repórter Vera Araújo apresenta a opinião do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Michel Pachá, que afirmou estarem os pais coagindo os adolescentes ao levá-los para visitar as unidades do Degase para ensiná-los a não cometer crimes. Afirmou, ainda, que a simples internação, sem

acompanhamento psicológico ao adolescente e à sua família, se transformam em "escola de crimes". Anteriormente, na reportagem do dia 11, a educadora e psicóloga Maria Helena Novaes afirmara que "as visitas podem ser um recurso de visibilidade da questão social, mas que o diálogo entre pais e filhos ainda é a melhor saída"; "Senão, vira só um espetáculo, uma espécie de coação".

Em relação à questão específica do envolvimento dos adolescentes com drogas, a reportagem do dia 12 fala da criação, no âmbito da 2ª Vara da Infância e Juventude, do Programa Especial para Usuários de Drogas (Proud). Tais programas, também chamados de Justiça Terapêutica, têm sido introduzidos no Brasil a partir do modelo americano das Cortes de Drogas, responsáveis pelo aumento vertiginoso da população carcerária nos Estados Unidos e consideradas, por alguns juristas brasileiros, como contrárias ao ordenamento jurídico brasileiro.

No mesmo jornal, em *e-mail* data-

do do dia 14, o juiz Alyrio Cavallieri defende a necessidade de uma ampla reestruturação do Estatuto da Criança e do Adolescente, "a ser elaborado por especialistas, evitando a propostas de legisladores, sempre bem-intencionados, mas com inovações tópicas, sem uma idéia geral do conjunto".

Não desconhecendo o fato de que leis não são eternas e podem e devem mudar quando a situação assim o requerer, e não desconhecendo o fato de que o juiz Cavallieri tem-se colocado como crítico do Estatuto da Criança e do Adolescente desde a primeira hora, gostaríamos de ponderar, no entanto, que os fatos apresentados pela reportagem não decorrem da legislação existente e sim de sua não-observância. Ou seja, o 'inferno' apresentado vai contra o Direito da Criança e do Adolescente, existente no Brasil a partir da Constituição de 1988, que afirma a dignidade e o respeito à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Vai mesmo contra a própria legislação anterior – o Código de Menores – que em nenhum de seus artigos diz que os adolescentes que cometem atos infracionais devam ser submetidos a procedimentos vexatórios. Tais procedimentos não devem nem mesmo ser aplicados aos adultos. No Brasil Republicano, crimes são condutas descritas em leis, bem como as sanções e procedimentos a serem adotados, não cabendo julgar pessoas por seus pecados, nem condená-las ao inferno, à chibata ou ao degredo, como em tempos coloniais:

(...) Mandamos, que qualquer que for barregã de clérigo ou frade, ou frei, ou de outra pessoa religiosa, e com ele viver em pecado publicamente, que seja presa e pague 500 libras de pena, e seja degredada por um ano da cidade, vila, ou da aldeia, onde o



O 'inferno' apresentado vai contra o Direito da Criança e do Adolescente, existente no Brasil a partir da Constituição de 1988, que afirma a dignidade e o respeito à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento.

Vai mesmo contra a própria legislação anterior – o Código de Menores – que em nenhum de seus artigos diz que os adolescentes que cometem atos infracionais devam ser submetidos a procedimentos vexatórios

dito pecado acontecer". (Ordenações Afonsinas, Livro II, Título 22 Das Barregas dos Clérigos e Frades)

A palavra 'inferno', no contexto do catolicismo, designa lugar do castigo eterno, se o crente rompeu com as leis divinas. Esta mesma lógica, utilizada para caracterizar o funcionamento de unidades do sistema socioeducativo, só pode significar violação dos direitos dos adolescentes – uma vez que não existe "condenação eterna" no Direito brasileiro e nem o pressuposto de que, com o ato infracional, o adolescente rompeu definitivamente com as leis da sociedade, perdendo a sua condição de pessoa e de cidadão. Ao contrário, o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, exce-

cionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Mas cabe a pergunta: por que se permite que o sistema socioeducativo para os adolescentes, e também as prisões para os adultos, sejam como o 'inferno'? Na realidade, dois argumentos apresentados para justificar o 'inferno' – os adolescentes usam drogas e existem falhas na legislação – não prevalecem sobre o fato de que 99% da 'clientela' do 'inferno' é constituída por adolescentes pobres.

Embora muitas vezes se diga que todos são tratados da mesma forma, no ano de 2003, apenas oito adolescentes de classe média e alta passaram pelo Padre Severino. No momento da reportagem havia um jovem de classe média, internado por flagrante de uso de drogas. No ano de 2004, dos 3.281 processos analisados pelo *O Globo* no período de janeiro a julho, constantes do cartório da 2ª Vara da Infância e da Juventude/Comarca da Capital, foram computados 34 adolescentes de classe média e alta da Zona Sul e Barra, respondendo por lesão corporal, em boates ou escolas, e uso de drogas. Ou seja, 1,03% do total dos processos pesquisados. No Educandário Santos Dumont, para adolescentes do sexo feminino, as regras são "tão rígidas como no IPS", existiam, no momento da reportagem, "50 meninas internadas, mas nenhuma de classe média". Mas, informa a reportagem, estes números não refletem a realidade porque

Em parte dos casos, os pais (de classe média) resolvem o problema na própria delegacia, pagando pelo prejuízo dos filhos, numa forma de reparar o dano (...)

No inferno católico, o castigo é eterno. No Sistema Socioeducativo, um dia parece uma eternidade: O Instituto Padre Severino é um centro de triagem onde o adolescente cumpre

medida socioeducativa provisória até 45 dias. Na maioria dos casos, o jovem de classe social mais elevada fica no máximo uma semana, com exceção de crimes mais violentos (...). Nestes casos, há o Educandário João Luiz Alves, onde o menor cumpre a medida privativa de liberdade estipulada pelo juiz.

Basta um dia de internação numa instituição de menores infratores para servir de lição para o resto de suas vidas.

Não é o que acontece, em geral, com os adolescentes pobres, Brasil afora. Muitos são detidos por furtos de boné, mochila, ou mesmo queijo ou galinha. Muitos ficam esquecidos, mais de 45 dias, nas internações provisórias. Muitos morrerão ao sair das unidades, pois não têm para onde voltar, estão "jurados de morte". Outros morrerão cheirando cola-de-sapateiro. O tempo, para eles, é outro: sem futuro. Lembro-me de um menino 'de rua', de 8 anos, tentando consolar a educadora: "Preocupa não, tia. Nesta vida que eu tô, não tem mais jeito não. Eu já estou no fim da linha."

E isto num mundo em que, dados os avanços tecnológicos e da medicina, as pessoas podem aspirar viver até os 120 anos. Vivendo apenas 8 anos, este brasileirinho terá vivido apenas 6,6% do que lhe é devido – ou 13,3%, tomando-se 60 anos como sendo a expectativa média de vida dos brasileiros. Quem pagará esta conta? ■

Esther Maria de M. Arantes, professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹ O Instituto Padre Severino é uma unidade de internação provisória, sob a responsabilidade do Dégase/Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

Madame Satã: do profano ao sagrado

Sergio Gomes da Silva

Vivia na maravilhosa China, um bicho tubarão, bruto e cruel, que mordia tudo e virava tudo em carvão. Pra acalmar a fera, os chinês fazia todo dia uma oferenda com sete gato maracajá, que ele mordia antes de pôr no sol. No ímpeto de pôr fim a tal ciclo de barbaridades, chegou Jamacy, uma entidade da floresta da Tijuca. Ela corria pelos mato e avoava pelos morro. E Jamacy virou um onça dourada, de jeito macio e de gosto delicioso. E começou a brigar com o tubarão, por mil e uma noites. No final, a gloriosa Jamacy e o furioso tubarão já estavam tão machucado que ninguém sabia mais quem era um, e quem era outro. E assim, eles viravam uma coisa só: A Mulata do Balacochê



O longo trecho ao lado é um monólogo interpretado pelo ator Lázaro Ramos, através do personagem João Francisco dos Santos, mais conhecido como Madame Satã, título que dá nome ao filme de Karin Aïnouz (Brasil, 2002), lançado este ano em vídeo.

João Francisco dos Santos, ou melhor, Madame Satã, viveu no Rio de Janeiro dos anos 1930. Nasceu em 25 de fevereiro de 1900, na cidade de Glória do Goitacá, no sertão de Pernambuco, numa família de 17 filhos, entre homens e mulheres. Sua mãe era descendente de escravos, e o pai, descendentes de ex-escravo filho da elite latifundiária, vindo a morrer tão logo João fez 7 anos.

Sua infância não foi fácil: um ano após a morte do pai, foi trocado por uma égua pela mãe, e veio morar no Rio de Janeiro. Aos 13 anos, passou a viver na rua dormindo nos degraus das casas antigas do bairro da Lapa. Por volta dos 18 anos, passou a trabalhar em um bordel como garçom, assim como trabalhava a maioria dos 'homossexuais' da época. De acordo com

as pesquisas realizadas por James Green para o livro *Além do Carnaval*, João era um malandro autêntico e até certo ponto honesto, digno, consciente de sua profissão. Era limpo, usava camisa de seda-palha com botões brilhantes, gravata de *tussot* branco, sapatos com salto carapeta, chapéu panamá e muitos anéis.

Quando adulto, tornou-se malandro, artista transformista, pai adotivo, capoeirista, cozinheiro, presidiário, preto, pobre e pederasta passivo, como assim é definido logo no início do filme. João Francisco viveu a maior parte de sua vida nas ruas boêmias da Lapa, no seu círculo de amigos, amores, amantes. Não levava desafogo para casa, e sua agilidade de capoeirista e o bom uso que fazia de uma navalha o fizeram uma figura temida, dos freqüentadores da noite onde circulava, aos policiais que o perseguiam. Sobrevivia praticando o jogo, a prostituição, a cafetinagem, o roubo, compondo sambas ou aplicando golpes. Sua imagem, na maioria das vezes, sugeria masculinidade e virilidade. Talvez pelo uso habilidoso que fazia de sua navalha, usada quando ofendiam sua honra, o enganavam no jogo ou traíam sua confiança. Viveu durante 76 anos, 27 dos quais na prisão. Definia-se como "filho de Iansã e Ogum".

Sua história começa no Cabaré Lux, onde Vitória dos Anjos, interpretada por Renata Sorrah, canta os sucessos de Josephine Baker, de quem João Francisco se dizia devoto. Nos bastidores da apresentação de Vitória,

Uns transformam o palco na razão do seu próprio viver. Outros transformam o ideal de uma vida unicamente em subir no palco. Finalmente, outros são como João Francisco. Faz valer da sua vida, o reconhecimento de sua arte e do seu espetáculo pelo seu público

ele reproduzia cada gesto e cada palavra da cantora decadente. Venerava, desse modo, Vitória dos Anjos e Josephine Baker, enquanto era explorado e humilhado por Gregório, seu patrão, e amante de Vitória.

Mas é no cortiço em que vive no coração da Lapa, que João Francisco comanda o seu mundo, compartilhado por Laurita (Marcélia Cartaxo), prostituta e esposa, Firmina (Giovanna Barbosa), filha de Laurita, adotada por ele como se fosse sua filha, e Tabu (Flávio Bauraqui), seu cúmplice nos pequenos golpes, e escravo.

Nesse universo sujo e decadente, onde a beleza plástica de um sonho artístico se mistura à sujeira viscosa por onde perpassam drogas, sexo e pequenos crimes, João Francisco conhece a glória, o amor, o sexo e o gozo miserável de se viver em um mundo onde a ignomínia de ser preto, pobre e pederasta passivo limitava veementemente o "mundo dos que têm" e o "mundo dos que tentam ter" um pouco de dignidade humana.

No filme, as contradições beiram o surrealismo: um mundo onde a pelúcia registra tenazmente o calor, a brilhantina, a gordura, o suor, o odor miserável de se viver no Rio de Janeiro no início do século passado. Ruas poeiras, odores que não sentimos, a sarjeta dos bares e botequins, cujo luxo, pobreza e violência se intercalam

constantemente com o lúdico e o trágico, como um mesmo elemento que faz João Francisco se tornar Madame Satã, a Mulata do Balacobchê ou o Gato Maracajá, todos personagens inventados por ele para encenar a sua glória de artista da sarjeta. Quem conhece o bairro da Lapa do jeito em que hoje se encontra, como eu conheci desde que cheguei ao Rio de Janeiro há dois meses, pode vislumbrar como poderia ter sido há mais de setenta anos o universo em que Madame Satã trafegava. Mas era no palco que João Francisco se transformava, e como diz o seu monólogo, não sabendo mais "o que era um e o que era o outro".

O palco para ele era sagrado, e sua profanidade só se dava através do "desexo perverso" por Renatinho (Felipe Marques), um garoto de programa com quem viveu uma grande paixão, sem nunca confirmar que o amava de verdade.

É impossível não ver sequer um pouco de Jean Genet nas cenas que se desenrolam, em que os personagens de Querelle e Nossa Senhora das Flores parecem querer invadir o espelho rachado que marca o tempo, a narrativa do momento e do local onde cada uma das histórias se passa, visto que em Madame Satã, toda a história se dá em um universo à parte do Brasil nos anos de 1930, época em que a política fervilhava, os impérios dos cafés ruíram diante da crise econômica de 1929, quando a burguesia e a elite carioca tentavam se sustentar a duras penas, a repressão militar já tinha dado seus sinais de vida e a 'carioquicidade' dos grandes bordéis, bares e vida boêmia conquistavam seu espaço, sobretudo em um Brasil que praticamente havia deixado o século XIX sob a égide da abolição da escravatura.

Violência, sexo, boemia, perversão, ternura, amor, paixão, morte... são essas categorias que inscrevem o trágico

em Madame Satã. Tudo o que João Francisco mais amava, morre com seu ato de violência. É como que fora dos palcos, o sagrado se transformasse, de fato, em profano, cuja redenção se daria através do corpo imaculado da personagem que ele inventou, em um ato de cópula, engendrando o não-engendrável! O artista satã, cujo nome tanto nos incomoda, torna-se homem pecador pela via mesma da sexualidade marginal que fora patologizada pela medicina e pela sexologia da época. Duas décadas antes, Freud já dizia que o mal dos nervos só poderia trazer más consequências para uma sociedade que reprimira o desejo e cuja moral sexual era muito rígida. No caso de João Francisco, não há o que recalcar. Ele não esconde a sua preferência por homens e pelo sexo que gostava de praticar.

Divulgação



De acordo com James Green, ao contrário de outras figuras de destaque da época, Madame Satã gostava de fazer sexo com homens: *porque ele se tornou uma figura de certo modo folclórica, sua vida foi bem mais documentada que a de outros jovens observados pela investigação de médicos e estudantes de criminologia nos anos de 1930, ou de incontornáveis outros que desapareceram no registro histórico.*

Daí o feminino encarnado em Madame Satã surgir desse apelo desesperado por um outro, que pode ser visto no amante Renatinho, nos furtos que comete, na 'esposa' despidorada e prostituta, ou na filha adotiva que cria.

Sem máscaras, sem subterfúgios, em um mundo que aceita menos o diferente numa época tão castradora,

A personificação e a compleição de um artista que só um grande ator pode vivenciar, tal como fez Lázaro Ramos, sagazmente faz de Madame Satã algo para se refletir com o que estamos fazendo da nossa vida, o que estamos fazendo da vida do outro, o que estamos fazendo na nossa própria cultura

João Francisco não precisou construir um armário para poder sair. Admite sua homossexualidade como uma blasfêmia dita em pleno ato carismático; joga sua pederastia passiva contra a mesma sociedade que impõe segredo ante a sua anormalidade; dança e inventa personagens, caricaturas do feminino, como que para agredir, não fortuitamente, a mesma cultura que diz não ao seu apelo artístico. É a mais perfeita encarnação da contracultura brasileira que impõe o gueto à chamada homossexualidade no Brasil e no mundo da década de 1930.

Como homossexual, ou melhor, 'pederasta passivo' tal como era definido pela criminologia e sexologia da época, o sexo que praticava promovia uma rachadura entre aquilo que ficou convencionado entre as classes sociais (dominador/ativo – dominado/passivo) que separavam público e privado, pessoal e político. Fazia do seu 'âns' objeto de gozo e revolução, de revolta e de ação contra a elite burguesa, tal como apresentado por Guy Hocquenghem no livro *A contestação homossexual*. Retomando as palavras de Gilles Deleuze, o autor afirma: "'O buraco do cu' permanece a única zona vergonhosa do corpo do burguês. Ele não se beneficia com a ambivalência do pênis. (...) O âns é a zona particular por excelência do corpo burguês. (...)

O uso do 'buraco do cu' é a pedra de toque do conflito entre "pessoal" e "público" (político). A descoberta prática dos homossexuais revolucionários [tal como João Francisco/Madame Satã o foi] é que o "pessoal" não é outra coisa que não um fechamento e o "político" só é uma expressão possível da libido". Dito em outros termos, continua Hocquenghem, "'o buraco do cu' não é nem vergonhoso, nem pessoal, é público e revolucionário'.²

Daí, portanto, a dupla imagem engendrada por João Francisco em um só corpo: uma figura que nem é andrógena por definição, nem caricata por vontade própria. Ele funde a homossexualidade à virilidade, a masculinidade à marginalidade, a malandragem ao boêmio, deixando à magia do carnaval às suas *performances*, o transbordamento de sua fluidez como figura folclórica e artística do bairro da Lapa.

Desse modo, conforme afirma José Arthur Gianotti, João Francisco "retira de seu homossexualismo qualquer traço de violência e de marginalidade, sente-se macho gostando de garotos a ponto de se viciar na pederastia, mas no fundo, tudo se passa segundo as inversões costumeiras durante o Carnaval, por certo com algum exagero. É homem casado, com seis filhos adotivos, que se diz pederasta e normal: se recusa a manifestar qualquer sentimento íntimo, o que resta são práticas a serem consideradas como se estivessem desfilando num bloco carnavalesco".³

Nisto reside a dualidade de João Francisco: pai, amante, ladrão, drogadito, pederasta, artista, não importa. Fez da sua vida até o fim, estética de toda sua existência. Viveu em um mundo bruto e marginalizado, amou e matou, fez arte e de boa qualidade para o universo que o reconhecia e venerava. Foi homem, foi diabo, foi santo, foi

bandido. Também não importa. A personificação e a compleição de um artista que só um grande ator pode vivenciar, tal como fez Lázaro Ramos, sagazmente faz de Madame Satã algo para se refletir com o que estamos fazendo da nossa vida, o que estamos fazendo da vida do outro, o que estamos fazendo na nossa própria cultura.

Madame Satã, é acima de tudo, um olhar do que restou de uma cultura que o Brasil demorou tanto a reconhecer. Mas também é um olhar do que pior e do que melhor podemos fazer com a nossa própria vida. Uns transformam o palco na razão do seu próprio viver (aqui poderiam se encontrar os verdadeiros atores e artistas em geral, que fazem da sua arte, a razão da sua própria existência). Outros transformam o ideal de uma vida unicamente em subir no palco (aqui se encontrariam todos aqueles que querem muito mais do que quinze minutos para sobreviver às custas da própria fama, ou seja, figuras passageiras do mundo artístico). Finalmente, outros são como João Francisco. Faz valer da sua vida, o reconhecimento de sua arte e do seu espetáculo pelo seu público, e não da mídia, como algo que ele tão bem aprendeu a desejar, respeitar e a valorizar (aqui se encontram, além dos verdadeiros artistas, todos aqueles que entram para a história e fazem com sua arte, parte da cultura de um povo).

Nada mais justo para uma figura como Madame Satã. ■

Sergio Gomes da Silva, psicólogo clínico, e especialista em sexualidade humana e direitos humanos.

¹ Green, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

² Hocquenghem, Guy. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

³ Gianotti, José Arthur. "O malandro satã" in *Jornal Folha de São Paulo*, MAIS!, Brasil 503 d. C., 19 de janeiro de 2003.

Lições da Venezuela

Emir Sader

Deixem de lado a crítica de que a polarização entre ricos e pobres leva ao isolamento dos governos. Hugo Chávez não a promoveu, apenas deu a ela expressão no plano político, abrindo espaço para o surgimento de novos movimentos sociais em um país até ali dominado pelas burocracias sindicais corruptas

Muito se pode e se deve aprender da experiência venezuelana, depois do referendo de 15 de agosto, dos seus resultados, da situação atual dos governos eleitos ou apoiados pela esquerda no Continente, das perspectivas e dos problemas vividos pelos movimentos sociais e da situação geral da luta contra o neoliberalismo na América Latina.

As primeiras lições têm de ser tiradas pela grande mídia, que se havia somado ao coro da mídia privada venezuelana e multiplicada pelas agências originárias dos Estados Unidos e de outros países das metrópo-



les capitalistas. Compraram as versões estilo guerra fria, segundo as quais se trataria de um ditador, enquanto elogiavam a oposição como “democrática” e recebiam Gustavo Cisneiros no Brasil como um respeitável empresário de sucesso, e não o grande magnata golpista da direita, protagonista do maior monopólio de imprensa na América Latina. O governo de Hugo Chávez foi incluído na lista dos temas malditos, dos quais já fazem parte Cuba e o Movimento dos Sem-Terra. Recebeu também praticamente unânime condenação dos editoriais e das coberturas internacionais editorializadas.

A consulta eleitoral, instrumento único em escala mundial de controle pela cidadania dos mandatos populares, foi realizada com total transparência, segundo até mesmo a Organização dos Estados Americanos e a Fundação Carter, com reconhecimento internacional unânime da lisura da apuração. Os jornalistas que foram cobrir a consulta devem igualmente ter-se dado conta do caráter totalitário que o mo-

nopólio privado da mídia tenta impor aos venezuelanos. Que se tirem as consequências, que se proceda como os maiores jornais norte-americanos – *New York Times* e *Washington Post* – fizeram, de realizar uma autocrítica da cobertura que vinham fazendo, até mesmo na questão da linguagem – “democratas” os opositores e “autoritário”, Hugo Chávez.

Outras lições devem ser tiradas pelos movimentos sociais. Estes têm protagonizado as principais lutas de resis-



tência contra o neoliberalismo, desde o grito zapatista de Chiapas até os Fóruns Sociais Mundiais, passando pelas lutas na Bolívia, no Equador, no Peru, na Argentina, no Brasil, no México. Sua capacidade de resistência, de canalização dos interesses e dos sentimentos populares os afirmaram definitivamente como os melhores representantes da luta popular latino-americana. Mas alguns movimentos sociais têm pretendido substituir as forças políticas e ocupar o espaço da política, apenas a partir da acumulação de forças social.

**A luta por um projeto de integração alternativo passa
pela aliança dos movimentos sociais com governos
que levem à prática uma política de soberania
e de construção de uma reinserção ativa no plano
internacional**

Essa experiência tem revelado a capacidade de veto dos movimentos sociais, mas não tem permitido construir um novo projeto hegemônico. Esta tem sido a experiência dos movimentos indígenas equatorianos, do movimento camponês e indígena boliviano, entre outros.

A crítica dos limites da ação estatal para um processo realmente emancipatório não deve sair de um 'politicismo' para uma concepção que peça à luta social o que ela, sozinha, não pode dar. Temos que encontrar novas formas de fazer política, mas fazendo política, mesmo institucional, combinando-a com a luta de massas. Desprezar a luta institucional e o potencial de ação do Estado é entregá-los de presente para as forças tradicionais, que, desprezando as lutas e os movimentos sociais, usarão o Estado para políticas conservadoras.



A luta contra o neoliberalismo é a luta pela afirmação dos direitos, consagrados universalmente para todos. Esta luta tem nos movimentos sociais seu principal protagonista, mas só po-

dem ser consagradas no plano do Estado, de um Estado democratizado, que confirme e garanta os direitos para todos, mediante o fortalecimento de sua dimensão política.



O caso venezuelano, em um país que vem de um enorme atraso na organização popular, com o espaço sindical ocupado por uma aristocracia operária vinculada às empresas petroférreas, representa um bom exemplo de como os movimentos sociais podem se desenvolver e se fortalecer em aliança com governos que realizem uma política de privilégio do social e de reformas democráticas do Estado. A Venezuela é o país – talvez o único atualmente na América Latina – em que os direitos sociais avançam, em combinação de políticas governamentais e da ação de movimentos sociais.

O mesmo caso já tinha surgido na luta contra a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e pelo fortalecimento da organização dos países do sul do mundo, quando na reunião de Cancún foi criado o Grupo dos 20. A luta por um projeto de integração al-

ternativo passa pela aliança dos movimentos sociais com governos que levem à prática uma política de soberania e de construção de uma reinserção ativa no plano internacional.

A outra lição deve ser tirada pelos partidos políticos e governos de esquerda na região. O governo de Hugo Chávez revela-se uma alternativa de esquerda no Continente, que combina prioridade do social no plano interno com soberania política no plano externo, promovendo ativamente a organização do movimento social. Que governos como os de Lula e de Kirchner – assim como o de Tabaré Vazques, que pode triunfar este ano no Uruguai – assim como o PT, a Frente Amplia uruguaia e as outras forças de esquerda tirem as lições da Venezuela. Que deixem de lado a crítica de que a polarização entre ricos e pobres leva ao isolamento dos governos. Hugo Chávez não a promoveu, apenas deu a ela expressão no plano político, abrindo espaço para o surgimento de novos movimentos sociais em um país até ali dominado pelas burocracias sindicais corruptas.

Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de "A vingança da História".

Fonte: Boletim Agência Carta Maior



A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLENCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

O caderno "Por que a Violência, se Podemos Viver em Paz?", editado pela Cese e pelo Conic foi apresentado durante o Encontro Nacional da FE-Brasil (Fórum Ecumênico Brasil), nos dias 16 e 17 de agosto. A publicação é uma tradução da cartilha "Why violence, why not peace?", editado pelo CMI (Conselho Mundial de Igrejas). "Por que a Violência, se Podemos Viver em Paz?" orienta comunidades e igrejas para a ação e reflexão durante a Década para Superar a Violência. O caderno está disponível no site do Conic (www.conic.org.br).

Koinonia participou da I Conferência Lusófona sobre HIV/SIDA em Luanda – Angola, entre os dias 24 e 26 de maio. Durante o evento foi debatida a realidade do HIV/ Aids na África onde existem 29,4 milhões de adultos e crianças vivendo com HIV. As organizações cristãs da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Palop) comprometeram-se a redobrar esforços na luta contra o Hiv/Sida na região, criando ações de

prevenção e de combate a doença. Além de representante dos países da Palop participaram da Conferência, membros das Igrejas Cristãs, representantes de organizações de combate ao HIV/Sida e diplomatas.

O programa Saúde e Direitos de Koinonia participou em junho em Guarulhos (SP) do 8º Educaids. O evento foi uma iniciativa da Apta e contou com cerca de 500 pessoas. O tema Aids e Igreja foi abordado por Koinonia que desenvolveu uma oficina com cerca de 100 pessoas.

Koinonia realizou cursos de sensibilização e de formação de multiplicadores, durante doze dias de julho, nas cidades de Salvador (BA), Paulo Afonso (BA) e Petrolândia (PE). Trabalhadores rurais, articuladores de movimentos sociais, religiosos das igrejas, lideranças de comunidades e de terreiros de candomblé participaram das atividades. O objetivo dos cursos foi buscar ações comuns e coletivas para trabalhar

Para superar a violência

com o tema saúde reprodutiva e preventiva frente ao HIV/Aids.

A Jornada Ecumênica Sudeste celebrou dez anos de Koinonia. Cerca de 75 pessoas, entre sócios, integrantes de diferentes programas e convidados participaram do evento, que aconteceu de 15 a 17 de outubro, em Itatiaia (RJ). A partir do tema Ecumenismo, Direitos e Paz os participantes debateram e assistiram exposições de assuntos como intolerância religiosa, desafios das comunidades quilombolas, direitos dos jovens rurais e dos afetados pelo plantio da maconha e saúde e direitos. A participação de multiplicadores e parceiros das comunidades atendidas pelos programas enriqueceu a troca de experiências. A iniciativa de Koinonia de realizar essa jornada regional atendeu ao compromisso firmado na jornada de 2002 e serve de aquecimento para a III Jornada Ecumênica, a ser realizada em 2005.

Mais de 5 mil pessoas participaram da caminhada da Primavera, no dia 24 de setembro, em Salvador (BA). O evento marcou a campanha Primavera para a Vida, promovida pela Cese. O trajeto que começou no Campo Grande, foi aberto com a apresentação de Toré, dançado pelos índios Pataxó. Durante o percurso outras apresentações de música, danças e malabarismo aconteceram. A caminhada foi encerrada na praça Castro Alves com a apresentação conjunta de grupos de percussão e com a reunião dos grupos participantes, que demonstraram disposição em afirmar a vida através de ações que estimulem o protagonismo juvenil e a construção de uma cultura de paz.

SIGLÁRIO

APTA – Associação de Prevenção e Treinamento para Aids

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Candomblé – Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa

A condução das causas do candomblé não depende exclusivamente dos representantes políticos. A luta contra o que de errado ou ofensivo sobre o candomblé se vê e se ouve nos meios de comunicação deve ser enfrentada. A situação de intolerância por vezes deflagra um conflito aberto, como muitos já sofreram e testemunharam. Em nome da paz, da convivência pacífica e tolerante entre as religiões, o povo do candomblé não ultraja as crenças alheias nem agride os fiéis de outras tradições religiosas, contudo não pode consentir com o abuso, a arrogância e a violência direta. A iniciativa deve ser sempre o diálogo, a busca da lei. Este livro defende o equilíbrio e o respeito entre as religiões, segundo a razão de que o ecumenismo verdadeiro há de decorrer apenas da obediência ao direito legal, às regras de convivência social e da fraternidade a que toda religião, afinal, deve aspirar.



CANDOMBLÉ – DIÁLOGOS FRATERNOS
CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Co-edição DPA Editora e Koinonia

Preço: R\$ 15,00

(com possibilidade de desconto para compras acima de 5 unidades)

Informações: Koinonia
(21) 2224-6713
www.koinonia.org.br

**Carta de compromisso do seminário
A Defensoria Pública e as
Comunidades Negras Rurais e
Quilombolas do Rio de Janeiro
("Carta de Agosto") organizado pela
Associação dos Defensores Públicos
do Estado do Rio de Janeiro
(ADPERJ) e Koinonia Presença
Ecumênica e Serviço**

CONSIDERANDO o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil e no Decreto n. 4887 de 20 de novembro de 2003;

CONSIDERANDO a insuficiente atenção dada à questão quilombola por parte dos órgãos do Estado, da sociedade civil e da opinião pública no estado;

CONSIDERANDO que a terra é direito constitucionalmente garantido, ao lado de direitos fundamentais tais como o trabalho, a moradia e a cultura;

CONSIDERANDO as comunidades remanescentes de quilombo como entidades tradicionais e com cultura própria e diferenciada;

CONSIDERANDO, ainda, as dificuldades dos membros das comunidades quilombolas no acesso seja à justiça seja a um pleno conhecimento de seus direitos instituídos e por se instituírem;

A ADPERJ (Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro), KOINONIA (entidade da sociedade civil) e ACQUILERJ (Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro), com o apoio da Fundação Cultural Palmares, da CRESA (...), do Ministério Público Federal, do CEDINE (...), do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro, do ICCAB MS (...), da RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares) e dos representantes das comunidades quilombolas reunidos neste seminário, à Rua do Carmo n.º 7, Centro, Rio de Janeiro RJ, no dia 27 de Agosto de 2004, editam a presente carta, na qual firmam

compromisso em torno dos seguintes objetivos comuns:

- promover a ampliação do conhecimento da questão quilombola por parte de todos os associados das entidades ora representadas, em uma abordagem que não se limite aos aspectos legais e jurídicos e nem seja reduzida a identidades generalizantes como a de trabalhador rural, na compreensão da indissociabilidade dos aspectos políticos econômicos, sociais, culturais e históricos das comunidades remanescentes dos quilombos;
- promover, organizada, conjunta e harmoniosamente, os direitos e garantias dos quilombolas, com ênfase na atuação da Defensoria Pública junto aos processos cíveis e penais, possibilitando a auto defesa do acusado, bem como na plena realização do princípio da continuidade dos serviços públicos;
- promover a publicização das situações e dos direitos quilombolas, inclusive através de audiências públicas promovidas pelo Ministério público Federal, com a participação de autoridades locais;
- promover a abordagem convergente das questões quilombola e ambiental, tomando por pressuposto que a permanência do quilombola na terra foi condição histórica preservação do meio-ambiente e assim deve continuar sendo;
- reconhecer a existência e legitimidade da interlocução dos órgãos representativos do movimento e das comunidades quilombolas;
- fomentar a rede de apoio às comunidades remanescentes de quilombos, para troca de idéias e informações, bem como para definições estratégicas e táticas de atuação, com o apoio e a participação não apenas das entidades aqui representadas, mas também com Defensores Públicos, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário comprometidos com a causa quilombola e com a democratização do direito;
- definir canais de comunicação direta dos remanescentes de quilombos com a Defensoria Pública, através da criação de um núcleo especializado e com atribuição específica para o atendimento dos pleitos quilombolas tanto na capital quanto no interior do Estado.